

## ARCOS DE VALDEVEZ

### ESTUDO DE GEOGRAFIA URBANA DE UMA VILA DO ALTO MINHO

A vila de Arcos de Valdevez situa-se num pequeno conjunto regional do Noroeste português — o Alto Minho — que corresponde, *grosso modo*, ao interflúvio dos rios Minho e Lima e se individualiza pela originalidade dos seus aspectos de paisagem. A montanha é fragmentada e as suas linhas de cumeadas esbatem-se para o mar: atinge, na parte mais oriental, as cotas elevadas de 1415 m e 1373 m, no maciço da Peneda, e, para ocidente, passa gradualmente de 844 m, na serra do Extremo, a 816 m na serra de Arga. Esta compartimentação do relevo deve-se à incisão de numerosos vales que seguem orientações de fractura, entre os quais o do rio Vez, no grande alinhamento tectónico, de direcção NNO, Monção-Ponte da Barca; além daquela, muitos outros cursos de água seguem direcções NNE e E-O. A singularidade da morfologia aliada às variantes climáticas de uma tonalidade oceânica geral, que condiciona, permitem a interpenetração e simbiose de dois grandes tipos de paisagem humanizada: a *Ribeira*, domínio do campo prado e da dispersão, que se insinua nos valeiros e ganha no litoral um aspecto particular, e a *Serra*, de cimos desnudados, marcada pelo isolamento, pela acentuada predominância da actividade pastoril e forte subordinação económica à riqueza dos baldios.

#### *ORIGINALIDADE GEOGRÁFICA DAS VILAS DO ALTO MINHO*

Reflectindo as sugestões oferecidas pelo relevo à complementaridade de economias agrárias diferenciadas, à articulação de correntes de troca e de trânsito, aparecem, na nebulosa humana do povoamento disperso dos vales, pontos

de condensação de gente e de trabalho. Eles correspondem, no interior, a uma série de vilas sedes de concelho, associadas aos eixos preferenciais da vida de relação, cuja génese está largamente dependente de uma posição geográfica privilegiada e das inconstantes flutuações históricas (fig. 1).

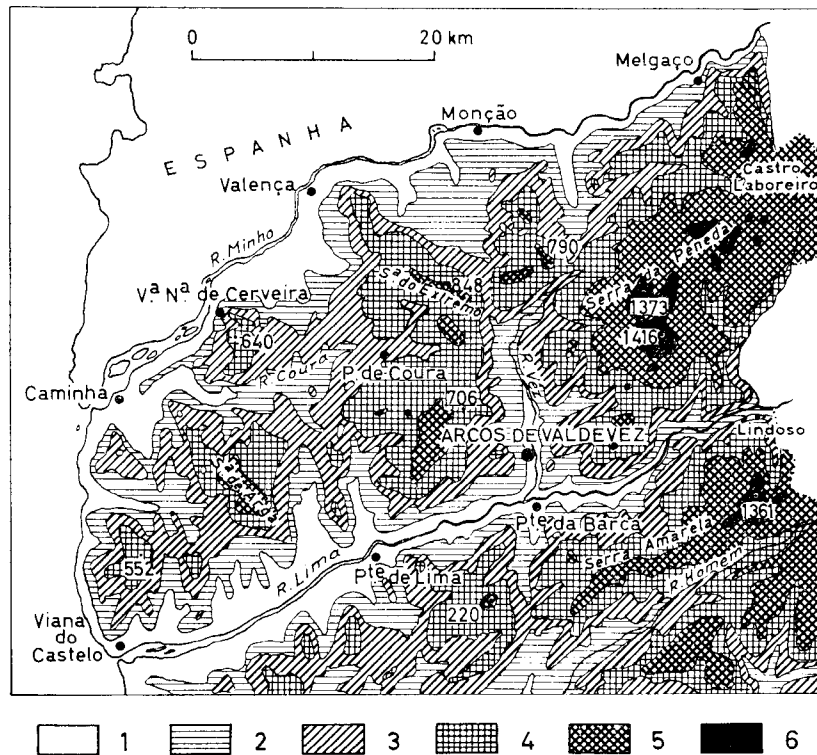


Fig. 1 — Relevo e situação. Exceptuando os lugares de Castro Laboreiro e Lindoso, pequenas aldeias de montanha, todas as outras povoações são sedes de concelho.

1 — 0-50 m; 2 — 50-200 m; 3 — 200-400 m; 4 — 400-700 m;  
5 — 700-1200 m; 6 — mais de 1200 m.

Pondo de parte as povoações litorais (a cidade de Viana do Castelo e a vila de Caminha), cuja feição e actividades são bastante influenciadas pela vida marítima e pela própria situação na linha de costa, todas as outras, seriando-se ao longo dos vales principais (Minho e Lima) e secundários (Vez e Coura), apresentam, à primeira vista, certas afinidades:

posição semelhante; urbanização *insulada*, isto é, sem que haja metamorfose da periferia imediata; proporções modestas (em 1960, com excepção de Paredes de Coura e de Vila Nova de Cerveira, que não atingiam 1000 habitantes, a sua população oscilava entre 1262 habitantes em Ponte da Barca e 2996 em Ponte de Lima, figurando Arcos de Valdevez com 2815); ausência quase completa de actividades do sector secundário; profunda penetração da vida rural, que se traduz pela clientela dos seus serviços e comércio e pela animação das feiras; fortes marcas de um movimento de emigração constantemente renovado.

Contudo, não obstante estes elementos comuns, a análise dos mecanismos reveladores da sua vitalidade e da essência da paisagem urbana evidencia dois tipos de contrastes:

1 — Evolução demográfica divergente (fig. 2): vilas decadentes, mais ou menos precocemente, como Valença, que, nos períodos de 1911-1940 e 1940-1960, acusa decréscimo populacional, ou Melgaço, que o regista apenas nos últimos vinte anos; vilas estagnantes, como Arcos de Valdevez, ou conhecendo uma progressão contínua e lenta, como Ponte da Barca, ou mais rápida e tardia (sòmente entre 1940 e 1960), como Paredes de Coura e Ponte de Lima.

2 — Morfologia e vicissitudes históricas diferentes. A presença de certos elementos morfológicos, tais como troços de muralha ou muralha completa, castelo e fortificações de várias épocas, casas senhoriais de grande vulto, permitem, numa tentativa prévia de sistematização, agrupar famílias urbanas.

Num primeiro grupo consideramos aquelas onde o peso da História se sente, concretizado pelos aspectos atrás referidos, que simbolizam uma missão cumprida, uma razão de ser que se impôs no tempo e está sempre presente na evolução posterior. Nele incluiríamos as vilas do vale do Minho, ligadas a uma posição de defesa fronteiriça que implicava, porém, certas limitações quanto às possibilidades de desenvolvimento (note-se a sua regressão demográfica generalizada), e Ponte de Lima, atalaia recuada protegendo o vale do Lima, mais uma malha da cintura defensiva medieval, que se completava com os castelos de Castro Laboreiro e de Lindoso, na raia oriental. No seu interior, um outro grupo, unido por um destino até certo ponto marginal aos grandes passos

decisivos da História. Num mundo rural que a natureza pouco beneficiou, as vilas que juntamos são termos de sociedades rurais e revelam grande paralelismo de estrutura: desenvolvendo-se livremente em função dos largos de feira e dos eixos principais de comunicação, utilizados pelo exército e pelos peregrinos de Santiago, apresentam um casario frouxo que engloba muitas unidades de exploração agrícola. Arcos de

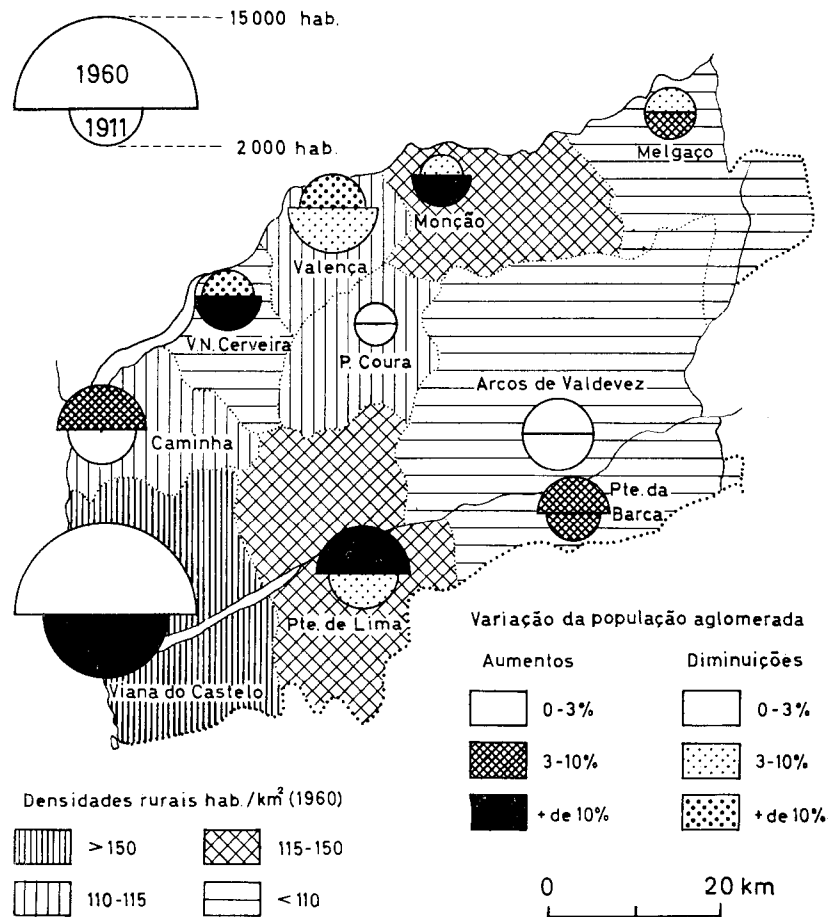


Fig. 2 — Evolução comparativa da população aglomerada entre 1911-1940 e 1940-1960.

Os hemicírculos são proporcionais aos totais de população em 1911 e em 1960; as variações assinaladas pelas convenções sobrepostas correspondem respectivamente aos períodos de 1911-1940 e 1940-1960.

Valdevez, Ponte da Barca e Paredes de Coura aparentam-se assim, constituindo uma família de vilas *ruro-urbanas* que, no entanto, se encontram em estádios diferentes de evolução, segundo um esquema relativamente simples. A mais incipiente é Paredes de Coura, a mais elaborada Arcos de Valdevez. O porquê desta diferenciação está contido não só nas características das condições naturais das áreas administrativas que controlam (maior fracção de *Ribeira* ou de *Serra*), mas também nos aspectos sociais do mundo rural onde se encastram.

#### A VILA DE ARCOS DE VALDEVEZ: IMPORTÂNCIA DA SITUAÇÃO E FACTORES GENÉTICOS

A depressão que o rio Vez talha nos maciços montanhosos ocidentais alarga-se para jusante até à sua confluência com o Lima, o que dá maior amplitude à penetração da paisagem da Ribeira e da dispersão de povoamento, em quintas e lugares, que a acompanha. Numa pequena enseada que forma quase a meio do seu curso, ponto onde é fácil a ligação a vau entre as duas margens por simples poldras, encontra-se a povoação dos Arcos (est. 1), que se estende pela encosta do Ladairo<sup>(1)</sup>, verdadeira escarpa sobre o rio (fig. 3).

Este sítio prestou-se admiravelmente à concentração de homens e mercadorias: homens e mercadorias provenientes da *Serra* e, por detrás desta, da serra galega em direcção à importante e antiquíssima feira de Ponte de Lima<sup>(2)</sup> e ao litoral (porto de Viana), homens e mercadorias provenientes do litoral, penetrando quer ao longo do Lima, navegável com

(<sup>1</sup>) A palavra *Ladairo* corresponde a *ludendum*, designação latina para exprimir o campo onde se faziam os jogos populares; tanto parece ter-se perpetuado a tradição que aí se efectuava, anteriormente ao século XIX, uma grande feira que durava oito dias (J. AUGUSTO VIEIRA, *O Minho Pitoresco*, t. I, Lisboa, 1886, p. 312).

(<sup>2</sup>) A frequentação de galegos relativa à feira de Ponte de Lima aparece em evidência num capítulo especial apresentado pelos procuradores daquele concelho nas cortes de Lisboa de 1459. Cf. P.º CUNHA BRITO, «Os Pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima», *Archeologo Portuguez*, vol. X, Lisboa, 1910, p. 20; pergaminho XXVII.

boa maré até ao Carregadouro <sup>(3)</sup>, a jusante de Ponte da Barca e integrado no concelho dos Arcos, quer por caminhos formando caravanas de almocreves que, de Viana ou de Braga, se dirigiam para o interior, para Espanha ou mesmo para as praças fortes da fronteira. Não só a circulação comercial aproveitou esta via natural de comunicação N-S, como também, tradicionalmente, ela foi seguida e animada pelo

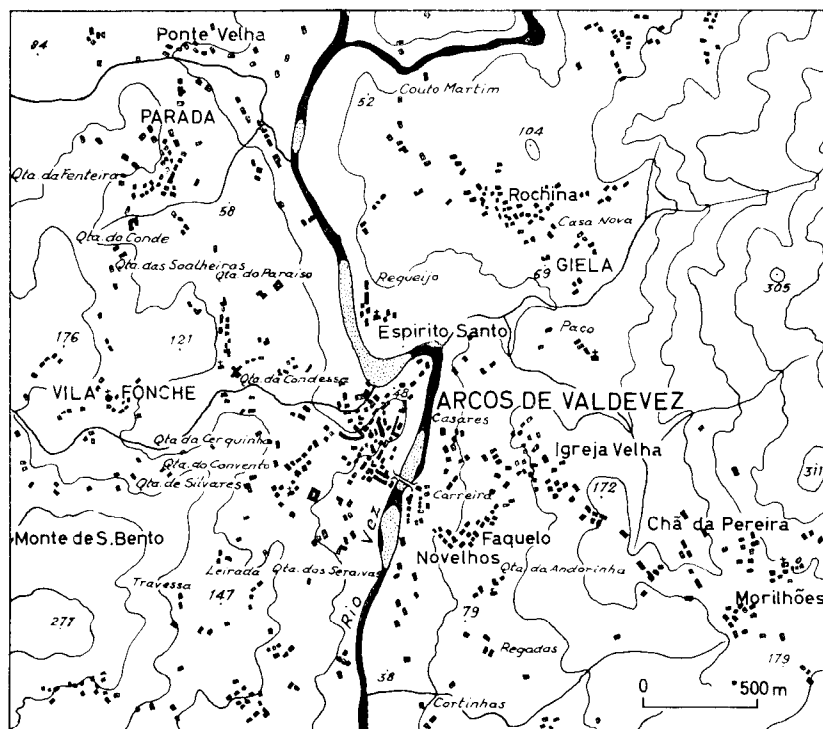


Fig. 3 — Localização da vila de Arcos de Valdevez.  
Equidistância das curvas: 50 m.

trânsito militar a longa distância (estrada militar de Braga, por Ponte de Lima até Valença) e pela circulação de carácter

<sup>(3)</sup> Até aos princípios do século XX funcionou no Carregadouro um posto fiscal de verificação de mercadorias desembarcadas que apenas podiam transitar do cais para a estrada real pelo caminho daquele posto. Os artigos mais frequentemente referidos eram o sal, os géneros de consumo (farinha, arroz, açúcar, bacalhau), petróleo, vasilhame e fogo de artifício. *Jornal O Arcoense*, Junho, 1891.

religioso que, partindo de Braga, se dirigia a Santiago de Compostela.

O lugar, ponto de escala e passagem, encruzilhada comercial de correntes de tráfego meridiano e transversal, num local propício à vadeação do Vez, constituiu uma célula de concentração humana, um sítio de feira bastante antigo. Todavia, o enraizamento do germe urbano é fenómeno tardio, apesar de o povoado se compor lentamente, mais como unidade de povoamento rural, embora as funções que desempenhava tivessem contribuído para que aí se multiplicasse um pequeno número de actividades e instalações distintas das puramente rurais, diagnosticando talvez a evolução futura: armazéns de gado e de géneros a transaccionar na feira, pequenas oficinas, estalagens e albergarias destinadas a acolher tropas, almocreves e viajantes.

A antiguidade e as características do povoamento no Norte de Portugal, área onde a importância dos bens da coroa, dos conventos e das honras retardou a emancipação concelhia, não obstante a intensa actividade económica que, por toda a Idade Média, desabrochava nas feiras, entre as quais a de Valdevez, tornam difícil esclarecer a génese da povoação. Se bem que vários autores <sup>(4)</sup> façam referência a um antigo foral que se perdeu, atribuído a D. Afonso Henriques, os elementos concretos mais antigos encontram-se nas Inquirições do século XIII.

Em 1258, Valdevez é um julgado onde se localizam muitas terras reguengas e vários celeiros régios; terras pobres, onde o centeio, a cevada e o milho alvo eram a única fortuna <sup>(5)</sup>. Segundo o depoimento das testemunhas da freguesia de Santa Comba de Guilhafonxe (actual freguesia de Vila Fonche), citam-se nesta freguesia a vila de Parada, onde estava o celeiro, e, entre outros lugares reguengos, o de Arcos

<sup>(4)</sup> Por exemplo: A. PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1873, vol. 1.º, p. 234; J. CÂNDIDO GOMES, *As Terras do Valdovêz. Memórias Históricas e Discriptivas do Concelho de Arcos de Valdevez*. Arcos, 1899, vol. III, p. 6.

<sup>(5)</sup> A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 2.ª edição, Lisboa, 1968, p. 63.

(... item dixerunt que in os Arcos a el-rey seu Reg...) (6). A freguesia de S. Salvador, à qual pertence hoje o centro da vila, não aparece referida nas mesmas Inquirições; pelo contrário, a de S. Paio de Arcos, que constitui actualmente uma parte da povoação, cuja igreja paroquial (7) assenta na margem esquerda do Vez, no pequeno arrabalde da Ponte, já é indicada.

Há pois notícia de um topónimo (*Arcos* de Guilhafonxe e S. Paio de *Arcos*) que só depois do reinado de D. João III dará o nome à vila. Até esta época o povoado é denominado Valdevez (8), contribuindo a feira para o seu desenvolvimento. Nas cortes de Lisboa de 1456 salienta-se pela primeira vez a sua antiguidade e valor, porque dava largos proventos à coroa. Contudo, o incremento voluntário de outras feiras minhotas, como as de Barcelos, Guimarães e Caminha, que obtiveram a quitação de metade da sisa, provocou forte concorrência à de Valdevez, o que levou muitos mercadores a afastarem-se dela. Queixaram-se então os moradores desta terra de que em virtude disto estavam fortemente «destroydos per que somos homens que vivemos em montanhas e em terras desertas»; as suas queixas e petições de privilégios, semelhantes aos das outras feiras da comarca, tiveram como resposta de D. Afonso V a concessão, durante seis dias, da isenção de meia sisa (9).

A situação favorável de contacto tornava esta feira muito concorrida. As produções da *Serra* (lã, lenha, caça, carvão) eram comerciadas a troco das da *Ribeira* e do litoral (vinho, pescado, sal, gado) e de outros produtos vindos de mais longe. Dava-lhe animação a afluência de camponeses, entre os quais muitos galegos, que se instalaram no local, interessados, sobretudo, nos negócios de gado e de sardinha; a sua importância

(6) *Portugaliae Monumenta Historica — Inquisitiones*, vol. II, Lisboa, 1856.

(7) A primeira igreja situava-se na encosta do monte de S. Paio, no local designado por Igreja Velha. O templo actual foi concluído no século XIX, quando o primeiro, nos princípios do século XVIII, caiu em ruínas (AMÉRICO COSTA, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. Lisboa, 1930, vol. II, p. 667).

(8) J. CÂNDIDO GOMES, *ob. cit.*, vol. I, p. 12.

(9) V. RAU, *Subsídios para o Estudo das Feiras Medievais Portuguesas*, Lisboa, 1943, p. 127.

explica posteriormente a criação de um consulado de Espanha na própria vila.

Em 1515, a povoação recebe foral de D. Manuel, e nele novamente nenhuma indicação existe sobre a freguesia de S. Salvador. Por ele verificamos que a área que a forma pertencia à freguesia de Guilhafonxe; esta estendia-se até à *Valeta*, onde é citada uma propriedade, lugar integrado hoje no corpo dos Arcos e constituindo um bairro modesto e popular (10). Apenas em 1541, pelo tombo da freguesia de Santa Comba de Guilhafonxe, quando da demarcação dos seus limites com a de S. Paio, se nota a interpolação de uma outra, a de S. Salvador, a 2 km da primeira. É possível que, pelos anos em que foi dado foral, a vila se compusesse de muitos casais, algumas casas, umas telhadas outras colmadas, cortelhos e currais destinados a receber gado e transeuntes, rodeando um largo principal (terreiro municipal) onde se fazia a feira e estava a casa da justiça. As capelas da Conceição e de S. Brás, esta no sítio da Igreja da Lapa, e a casa dos confrades do Espírito Santo completavam o conjunto central. Na ocasião das grandes feiras do Ladairo estabeleciam-se naquele largo, numa série de alpendres, mercadores e bufarinheiros que a ela afluíam. No bairro da *Valeta* haveria já uma população densa que acumulava o trabalho da terra com pequenas actividades artesanais e «se acoutava em míseros casebres cobertos de colmo» (11). O arrabalde da Ponte, de cariz fortemente rural e com uma albergaria, talvez junto à Igreja Velha, teria na sua continuação, depois da ponte, um arruamento muito fragmentado, com casas esparsas e algumas azenhas junto ao rio. Ele correspondia à Rua dos Açougues, que prosseguia pela Rua Direita para norte e pela Quelha das Bessadas, provavelmente já traçadas (12).

A pouco e pouco, e até ao século XVII, o lugar vai crescendo muito devagar e graças à importância da frequência da feira, dos movimentos comerciais e de passagem, como um todo mal articulado num mundo rural bem marcado pela dispersão.

(10) Livro dos Forais Novos do Minho, ms. da Torre do Tombo, fl. 77, col. I.

(11) J. CÂNDIDO GOMES, *ob. cit.*, vol. III, p. 6, nota 2.

(12) *Ob. cit.*, vol. III, p. 8.

## EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA

O traçado actual da planta da vila e as funções que desempenha permitem descortinar o sentido de certas sobrevivências do passado. J. CÂNDIDO GOMES <sup>(13)</sup> diz-nos que a povoação é recente e o seu modelado um legado bastante fruste dos séculos XVIII e XIX, uma vez que as alterações contemporâneas, sobretudo na morfologia, são diminutas. Na realidade, consta que, em 1662, por altura das guerras da Restauração, Arcos de Valdevez foi incendiada <sup>(14)</sup> e sobre as suas cinzas erguido um casario novo, abertos alguns arruamentos, arranjados outros. Na composição urbana que, após aquela data, se realiza estão visíveis várias fases de evolução e certo número de elementos motores que as influenciaram (fig. 4).

Ainda em 1706, o aspecto da vila era triste e sombrio: «os edifícios e casas desta vila, pela sua formatura, parecem muralhas, os quais são feitos de pedra de cantaria, barro e cal e as ruas são todas lageadas» <sup>(15)</sup>.

*A morfologia.* — Uma das características fundamentais que desde cedo se revela é a dissociação estrutural entre dois bairros: a *Valeta*, núcleo primitivo, junto ao rio, e a *Vila* propriamente dita, prolongada pelo arrabalde da Ponte, este de fisionomia semelhante ao primeiro, embora bastante mais rudimentar.

Morfologicamente, o bairro da *Valeta* pouco evoluiu até aos nossos dias. Limita-se a duas ruas estreitas e divergentes, em declive suave, que partem do Largo da Lapa e da capela da Praça (Senhora da Conceição), se juntam num pequeno largo e se prolongam até às poldras que atravessam o rio, dando acesso à margem esquerda. Agrupa numerosas casas modestas de um só piso ou de andar, com fachadas estreitas, apinhadas umas contra as outras, lado a lado com



Fig. 4 — Fases de crescimento urbano.

1 — Núcleos populares primitivos; 2 — área provável de expansão até ao século XVIII; 3 — áreas de crescimento urbano recente e a urbanizar; 4 — residências de prestígio; 5 — ruas abertas nos últimos anos; 6 — ruas e estradas do século XIX; 7 — largos primitivos de feira. Igrejas: 1 — S. Payo; 2 — Misericórdia; 3 — Lapa; 4 — Senhora da Conceição ou capela da Praça; 5 — Matriz; 6 — Espírito Santo; 7 — S. Bento. Ruas: A — Açougues; D — Direita; E — Externato; H — P.º Hymalaia; L — Lyra. Largos: CT — Campo do Trasladário; TM — Terreiro Municipal; V — Valeta.

<sup>(13)</sup> *Ob. cit.*, vol. III, p. 5.

<sup>(14)</sup> Conde de Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, cit. por J. CÂNDIDO GOMES, *ob. cit.*, vol. I, p. 128.

<sup>(15)</sup> P.º CARVALHO DA COSTA, *Chorographia Portuguesa*, Lisboa, 1706, t. I, p. 222.

alguma mais pretensiosa (est. V, B) ou recentemente rebocada, e várias azenhas. Arrimadas à encosta do Ladairo, apresentam-se como um conjunto emaranhado e confuso; entre elas, minúsculas nesgas socalcadas de quintais, linhas angulosas de escadas, galinheiros e barracões, estes servindo também de residência a famílias modestíssimas que se opõem às que habitam as casas viradas para a rua; antigas azenhas são utilizadas de igual forma.

Numa posição sobranceira situam-se a Igreja Matriz e a do Espírito Santo, num grande terreiro, frente ao qual uma casa brasonada do século XVII afirma certo prestígio. São o traço de união entre o núcleo popular, que em baixo se desenvolveu e que daqui lembra um velho burgo medieval, e a *Vila*, que, neste local, inscreveu a sua autoridade municipal e ao longo dos séculos XVII e XVIII se estruturou segundo as grandes vias de circulação que lhe traziam fortuna. Do terreiro até ao Largo da Misericórdia, onde converge um eixo de circulação meridiano que de Braga, por Ponte de Lima, segue para Valença, ganhando o Largo da Lapa, um corredor de casas delimita a Rua Direita (est. II, A). Naquele ponto de encruzilhada liga-se uma outra grande via de comunicação transversal que segue até à ponte e, passada esta, se continua pelo caminho de Ponte da Barca a Braga.

As igrejas, com a série de largos que lhes ficam contíguos, marcam pontos fulcrais desta morfologia: a da Misericórdia, fundada no século XVI, com um hospital anexo, na «porta» de Ponte de Lima (est. III, A); a da Lapa (est. III, B), antiga Capela de S. Brás, na saída da vila para Coura e Valença, tendo perto a Casa dos Quartéis, hoje desaparecida; no cimo da povoação, a do Espírito Santo e a Matriz<sup>(16)</sup>, junto do largo central, a segunda construída com os direitos do sal que D. Pedro II concedera a Arcos de Valdevez; no arrabalde da Ponte, última saída rural para a Barca e para a serra, a de S. Paio.

Todos estes largos periféricos e o central eram sede de intensos movimentos comerciais personificados pelas feiras

<sup>(16)</sup> A primitiva igreja matriz teria sido a de Guilhafonxe, depois a capela da Praça, porque tem pia baptismal, e talvez no século XIV uma igreja construída no mesmo local da actual.

que neles se realizavam: de cereais, legumes e produtos horticolas, na Lapa; de erva, lenha e sardinha, no terreiro; de gado (est. IV, B), sobretudo bovinos, um pouco acima da Misericórdia, junto à Igreja de S. Bento, dos frades capuchos, construída em 1678 à custa de bens particulares adquiridos no Brasil; de porcos e carvão, no terreiro de baixo do Espírito Santo. Estas feiras realizavam-se nos terceiros dias de cada mês e a 21 de Março e 11 de Julho de cada ano e eram bastante frequentadas por mercadores de Braga, Porto, Guimarães e de Espanha.

Os séculos XVII e XVIII marcam-se assim pela construção de elementos de prestígio: as igrejas citadas e, quer dentro da vila, quer nas áreas circunvizinhas, muitos solares barrocos e casas apalaçadas, associadas em grande parte ao ouro do Brasil, que está na origem da formação de grandes fortunas e de boa parte da aristocracia local.

Por todo o século XIX, o traçado anterior sofre alterações que coincidem com a época do Liberalismo. Prepara-se novo largo de feira, o campo do Trasladário (Trás do Ladairo, local primitivo), junto do rio, que era ocupado por numerosos quintais, então expropriados ou cedidos gratuitamente devido ao absentismo dos seus proprietários. Para lá são transferidas as feiras<sup>(17)</sup> que, como vimos, se realizavam de forma dispersa e um mercado diário de géneros, pão e hortaliça que se efectuava já no Largo da Lapa; foi também aí demarcado o lugar de estacionamento público de trens e carruagens de serviço, que, alojados perto das estalagens, nas saídas estreitas da vila, tornavam o trânsito embaraçoso (aqui estacionam hoje os táxis de praça). Entre 1851 e 1857 são abertos os arruamentos secundários que, partindo dos lugares mais frequentados e centrais, Rua da Amargura, Largo da Lapa, ruas da Misericórdia e de Além-Ponte, dariam acesso ao novo campo. A sua realização levou a romper a continuidade do casario da Rua Direita, a demolir várias casas e azenhas junto à ponte e o velho Hospital da Misericórdia, que fora cedido

<sup>(17)</sup> Excepto a dos porcos. A do gado bovino, que continua hoje a fazer-se no Largo de S. Bento, efectuou-se possivelmente neste campo durante um curto período, antes de se concluírem por completo os trabalhos do seu arranjo (cf. JOSÉ AUGUSTO VIEIRA, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, 1886, t. I, p. 312).

para esse fim; entretanto, começou-se a construção de um novo, para onde, apenas em 1885, foram removidos os doentes.

Igualmente naquela época abriram-se estradas de grande curso para Braga e Viana, cidades mais relacionadas com o comércio local, assim como a de Monção a Ponte da Barca, que permitiu a ligação transversal dos vales do Lima e Minho e assegurou a conjugação do trânsito com a via férrea do Minho, concluída em 1883; a data de 1880 inscrita na actual ponte (est. II, B), que substituiu a anterior de madeira, atribuída a D. Pedro I, atesta a abertura daquela última. Para fazer comunicar a nova estrada de Monção com o núcleo da *Valeta* e com a feira dos porcos foi aberta a Rua do Lira e alargaram-se outras que davam para as Escadas do Espírito Santo.

Com o século XX, as modificações introduzidas são de menor vulto que as antecedentes. Permanece o dualismo *Valeta-Ponte* e *Vila*; todavia, há que notar a quebra da íntima ligação do primeiro conjunto com o rio, feita por quintais e azenhas, e da *Vila* com a *Ponte*. Esta ruptura deve-se ao traçado da avenida marginal, E. N. 102, que de Viana segue para Monção e se junta, a norte da vila, com a antiga estrada real de Valença. Por outro lado, a sul, surge uma área de urbanização recente onde são feitos diversos loteamentos e delineadas novas artérias, muitas delas aproveitando antigas quelhas de acesso rural: Rua do Externato, Rua do P.º M. Himalaia. Aqui e além alargam-se ruas, abrem-se acessos, entre os quais o que liga o Largo da Lapa com o Terreiro Municipal, e colmatam-se espaços intersticiais, quintais, pequenas explorações, algumas quintas, que foram incluídas no perímetro da vila devido ao seu crescimento (est. IV, A) e actualmente são vendidas, na sua maior parte por preços irrisórios, dado o afastamento radical dos seus donos.

*As funções.* — Se as modificações na morfologia mostram certo desenvolvimento na *Vila*, ao contrário do que sucedeu na *Valeta*, este marca-se mais ainda pela evolução das funções, que, todavia, acusam certa tendência discordante relativamente às alterações da vida interna da povoação e do contexto rural para que vive e de que vive. As funções primitivas, como referimos, estavam ligadas ao negócio de trânsito e à arti-

culação do mundo rural; contudo, hoje, elas apenas sobrevivem na *Valeta*, e a oposição morfológica que existe entre aquele bairro e a *Vila* manifesta-se também nas funções.

O bairro da *Valeta* apresenta uma feição que pouco diferente será da que teria há alguns séculos. Com a residência interpenetram-se diversas actividades elementares (est. V, A) que, dispostas ao longo das duas ruas principais e de alguns fins de rua dispersos, formam um pequeno «centro» comercial. O comércio alimentar, na maior parte polivalente, pouco difere do comércio das aldeias; a ele juntam-se casas de pasto, tabernas, que outrora foram estalagens, alguns antigos armazéns em ruínas e pequenas oficinas de pichelaria (est. VII, A), serralharia, sapateiro, com um tipo de trabalho familiar, raramente ultrapassando dois ou três empregados, provendo às necessidades quotidianas da população do bairro, mas sobretudo da clientela rural que diariamente, e nos dias de feira em maior número, se desloca à povoação.

Na vila fixaram-se sempre as actividades mais «nobres» (os serviços administrativos e da justiça) e as residências mais abastadas (est. VIII, A). Em meados do século XIX, na praça municipal encontravam-se já a câmara, a cadeia e outros serviços anexos e algumas profissões liberais. Nas outras ruas e largos, estalagens e armazéns, em relação com as vias de trânsito e com o campo do Trasladário, e um comércio essencialmente misto, pouco variado; as lojas mais especializadas eram apenas algumas que vendiam panos ou ferragens, facto que reflecte fraco poder de compra regional. Contudo, até ao fim do século XIX assiste-se a acentuada expansão, vincada pela multiplicação dos serviços públicos (correios e telégrafos) e de locais de convívio e distração (cafés, agremiações recreativas, um teatro), que dão já ao velho aglomerado semi-rural certa figura urbana.

As mutações dos nossos dias são bruscas, radicais e aberrantes: em matéria de residência, salvo dois ou três prédios modernos construídos há pouquíssimos anos nos limites da vila (est. X, A) e as moradias do bairro novo que surgem a sul (est. X, B), a maior parte das habitações são vetustas, herdadas e sem condições de conforto e higiene. Raras são as casas senhoriais que, dentro da povoação, estão habitadas; o mais frequente é encontrá-las quer fechadas,



quer em ruínas (est. VIII, B), para demolição ou venda, quer superocupadas por famílias bem modestas.

As actividades produtivas, distintas da agricultura, nunca nasceram; apenas o comércio e os serviços sofreram fortes alterações que, pela sua natureza, deixam antever pontos fracos na evolução financeira e económica dos Arcos <sup>(18)</sup>.

Em quase todos os arruamentos da vila, principalmente na Rua Direita (est. VI, A e B), os comércios polivalentes especializam-se, diminuindo em número e virando-se para as transacções, ou a retalho ou por atacado, de produtos de uso menos corrente: louças, artigos fotográficos, mobílias, fazendas, material eléctrico, etc. (est. VII, B). Ao mesmo tempo certos serviços substituem antigas oficinas artesanais (tinturarias, *ateliers* de costura e alfaiate), concentram-se as padarias, aparecem novos ramos de frequência mais accidental (fotógrafos, modistas, cabeleireiras, agências de vários produtos). Aumentam os locais de reunião e convívio, desde os tradicionais cafés e casas de pasto aos *snack-bars* e pastelarias; evidenciam-se igualmente em número os correspondentes bancários e de seguros e sobressaem as instalações grandiosas do Banco Pinto de Magalhães (est. IX, A), cuja primeira agência, localizada no Largo da Lapa, data de 1953, e um outro prédio onde funciona o cinema (est. IX, B) (o velho cinema, antigo teatro, caíra há muito em ruínas, inaugurando-se o novo em 1968), destinado a ampliar-se nos próximos anos, com teatro, salão de festas e outras actividades recreativas (fig. 5).

Este surto e especialização do sector terciário é, pois, um fenómeno recente, actual: apenas se começou a verificar há cerca de uma trintena de anos.

Já em 1934 é fundado um colégio de ensino secundário que, desde 1963, moderniza e amplia as suas instalações. Em 1940 estabelece-se a primeira rede de abastecimento de água

---

<sup>(18)</sup> Ainda nos fins do século XIX eram os impostos cobrados na feira que constituíam o maior valor das receitas municipais: 240\$000 réis em 1872. Citem-se algumas taxas estabelecidas: 250 réis por cada ourives; 30 réis por cada tenda alta de primeira ordem; 20 réis por cada banca nos terreiros e ruas; 40 réis cada tamanqueiro ou sapateiro por 2,22 m<sup>2</sup> de terreno; 26 réis a cada louceiro nas mesmas circunstâncias (Actas das Sessões).

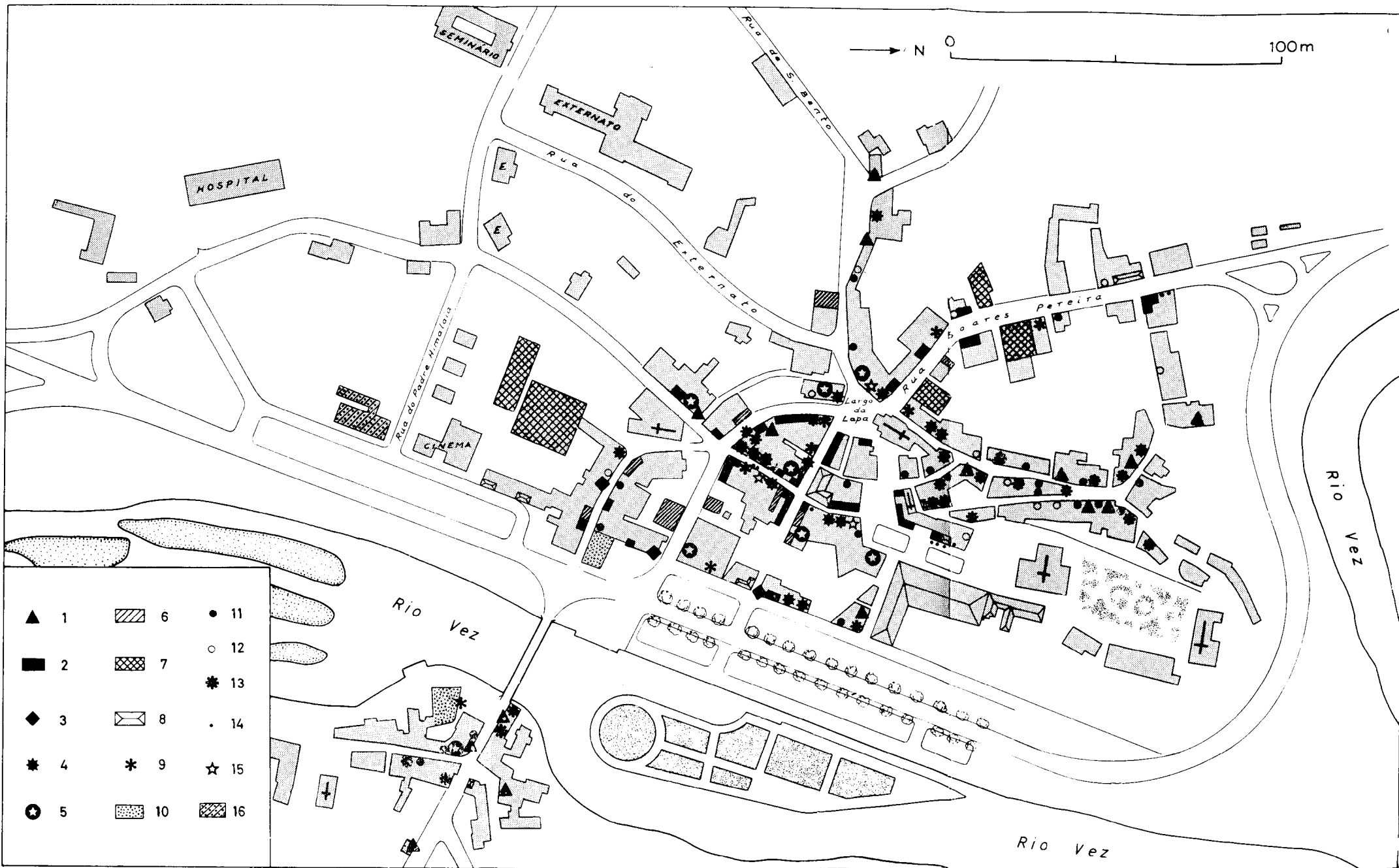


Fig. 5—Planta funcional de Arcos de Valdevez.

Comércios: 1—polivalente; 2—especializado (ourivesarias, papelarias, lojas de malhas, fazendas e outros artigos de vestuário, de louças, artigos eléctricos, mobílias, agências funerárias); 3—produtos agrícolas e ferragens; 4—alimentar (meacearias, talhos, peixarias); 5—agências bancárias e de seguros; 6—armazéns; 7—garagens; 8—serviços públicos e administrativos; 9—cafés, restaurantes e pastelarias; 10—pensões e hotéis; 11—tabernas e casas de pasto; 12—oficinas; 13—alfaiates, barbeiros e sapateiros; 14—profissões liberais; 15—farmácias; 16—concentração de padeiros. E—Escolas primárias.

à vila, que, todavia, se nota hoje deficitária; por esta data, constituiu-se uma empresa de camionagem que, por meio de uma rede densa de carreiras, reforçadas ao longo dos anos e acompanhando o progresso das realizações municipais em matéria de infra-estruturas, vai contribuindo para abrir a sede do concelho a uma frequência mais assídua da gente rural dispersa no vale ou das aldeias da serra. Os itinerários actuais, bem como a respectiva periodicidade, estão indicados na figura 6. Duas outras empresas, com sede no Porto e

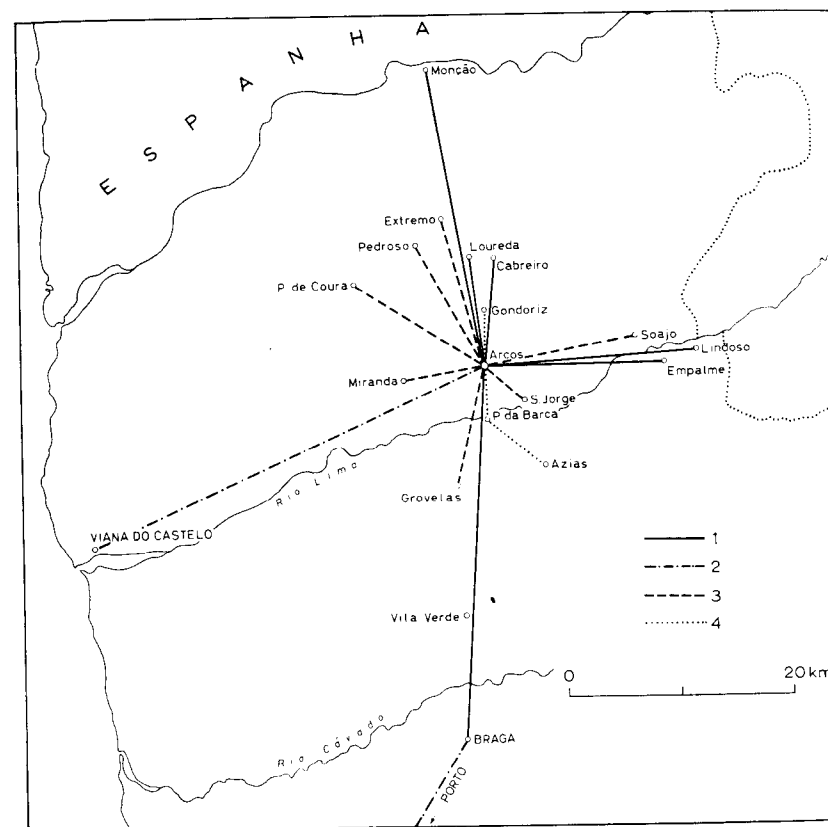


Fig. 6 — Itinerários e periodicidade das carreiras de camionetas.  
 1 — Diárias (empresa local); 2 — diárias (empresas extra-locais, com representação na vila); 3 — três vezes por semana, reforçadas às 4.<sup>as</sup>-feiras, dia de feira quinzenal, alternadamente nos Arcos e em Ponte da Barca (empresa local); 4 — só às 4.<sup>as</sup>-feiras (empresa local).

em Viana do Castelo, têm agências na vila, assegurando as ligações com aquelas cidades e servindo também Braga e muitas freguesias rurais.

Actualmente, os serviços de urbanização, entre outros projectos, prevêem novos locais para o mercado diário e para a feira quinzenal de produtos agrícolas e fabricados, que se realiza no campo do Trasladário; este destinar-se-á apenas a jardim. As feiras de gado, de tamancos e de porcos continuarão, entretanto, nos largos tradicionais. Todos estes empreendimentos denunciam que o aglomerado se vivifica, ganhando uma fisionomia urbana, não só na morfologia como nas funções.

A sua explicação é complexa. Nota-se uma ausência quase completa do trabalho industrial: existem apenas duas serrações e uma fabriqueta de anilhas e outros artigos de cimento para a construção civil. Esta última, a mais recente, começou a funcionar em 1967; emprega 5 a 8 operários. Uma das serrações, pouco anterior, é moderna, electrificada; deve-se a uma iniciativa particular extralocal e tem cerca de 15 empregados. Trabalhou inicialmente para exportação, mas, nos últimos anos, a sua situação económica não tem sido brilhante; dedica-se agora ao fabrico de material para a construção civil, palha de encaixotamento e revenda de telha. Não muito longe desta situa-se a serração da Azenha, com um tipo de trabalho artesanal. Movida pelas rodas do velho engenho, está arrendada a um intermediário de madeiras, que as compra pelas freguesias ou então já aparelhadas em Braga. Visa também as necessidades da construção civil, quer na vila, quer sobretudo nos lugares rurais, e funciona ao sabor do ritmo das encomendas, flutuando portanto o número de serradores e pessoal empregado. Verifica-se ainda relativa estagnação no crescimento espacial do aglomerado e na evolução do mundo rural, que permanece agarrado às técnicas tradicionais e onde se pressente um abandono progressivo da terra, pelo aumento das *leiras de velho*.

Isto leva a pensar que a expansão diagnosticada se realizou e realiza em desequilíbrio. Trata-se de um desequilíbrio interno. Com efeito, o surto registado nas actividades não produtivas acusa uma subida global do nível de consumo,

um desenvolvimento do poder de compra que é função da densidade de população, da sua riqueza e do próprio desejo de comprar. Ora nem o campo, nem a vila, como atrás ficou dito, permitem pelo seu dinamismo explicar, à primeira vista, a elevação dos rendimentos familiares.

*A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA E AS ESTRUTURAS SOCIAIS. IMPORTANCIA DA EMIGRAÇÃO*

A compreensão do fenómeno urbano pode encarar-se segundo dois ângulos de visão: um económico e outro humano. Ambos se reflectem na estrutura da povoação; contudo, o primeiro conduz ao estudo da composição da população, das *élites* burguesas que orientam a vida de relação e são detentoras da terra, enquanto o segundo, correspondente à força de trabalho e ao mercado de consumo, nos leva à interpretação da curva de evolução demográfica, significativa da vitalidade do organismo urbano.

Entre estes dois aspectos da realidade há uma teia de influências recíprocas, podendo, consoante as épocas, um deles ser condicionado pela evolução do outro. Daí a necessidade de procurar sempre as inter-relações dos mecanismos demográficos e das estruturas económicas.

*Evolução da população.* — Pelo numeramento de 1527, Arcos de Valdevez aparece como um burgo modestíssimo. «...este comçelho de Vall de Vez he do Biscomde dom Francisco de Lyra e nom tem vyla cercada nem castelo terra muy fraguosa ... e tem somente junta a povoaçom dos Arcos de Vez em que fazem as audiências que ha nela com a mais freguesia per todos os moradores, 36 moradores. E os mais moradores do comçelho todos vyvem em casaes apartados ... item freguesia Sanpayo d'Arcos 34 moradores.»<sup>(19)</sup>

Posteriormente, em 1706, são referidos 200 vizinhos, com algumas famílias nobres, além de muitos clérigos da Irmandade do Espírito Santo (400 frades), de S. Bento (15) e 10 companhias de ordenança<sup>(20)</sup>.

<sup>(19)</sup> «Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI sec.», *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Lisboa, 1905, pp. 245-246.

<sup>(20)</sup> P.<sup>o</sup> CARVALHO DA COSTA, *ob. cit.*

Segundo os valores dos recenseamentos, a partir de 1864, a evolução demográfica da vila é resultado da variação da população das duas freguesias que a compõem, a de S. Salvador e a de S. Paio, com cariz e com tendências de crescimento, até certo ponto díspares (fig. 7).

Recorrendo à composição por lugares indicada nos recenseamentos de 1940 e 1960 e às características da área de cada uma daquelas, compreendemos como se densificou o espaço urbano e alguns motivos dos comportamentos diferentes das curvas de evolução.

A freguesia de S. Paio é nitidamente rural, abrangendo uma parte da vila, onde se localizam as superfícies recentemente urbanizadas e vários lugares isolados e dispersos que constituem pequenos arrabaldes da povoação. Em 1940, de um total de 1397 habitantes na freguesia, apenas 467 viviam nos Arcos, 873 em dez lugares distintos da vila e 115 isolados. Vinte anos depois, a população total ele-

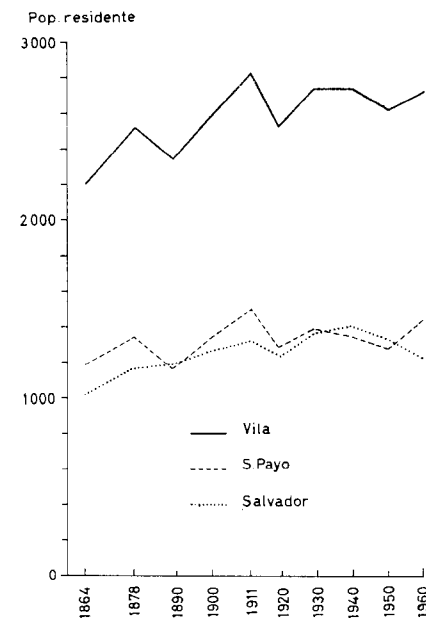


Fig. 7 — Evolução demográfica.

va-se bastante, aumento que corresponde à integração dos lugares da Carreira, Casares, Faquelo, Costeira, Igreja Velha, Morilhões, Novelhos, Revolta e Santiago, considerados à parte em 1940, na aglomeração descontínua que é Arcos de Valdevez. Em 1960, apenas um lugar (Chão da Pereira, com 43 habitantes) é referido separadamente, bem como 47 pessoas dispersas. Verificamos assim que neste período de tempo, além da acentuada redução do número de habitantes isolados, a vila anexou áreas circunvizinhas, razão que explica o valor de 1398 habitantes para Arcos-S. Paio, traduzida gráficamente entre 1950 e 1960 por uma viragem ascendente.

A freguesia de S. Salvador corresponde ao velho sítio urbano e as flutuações demográficas da sua curva de evolução denunciam um fenómeno corrente nos agregados humanos, envelhecidos e não renovados. Em 1940, porque abrange a área de casario mais contínuo, ao contrário da de S. Paio, quer o número de lugares exteriores aos Arcos, quer o de habitantes isolados, eram bastante inferiores. Na povoação viviam 1001 pessoas e nos lugares da Cepa, S. Bento, Espírito Santo, Leirada e Ribeirinho 360, havendo apenas 36 habitantes dispersos. Pelos dados do recenseamento de 1960 verificamos que, apesar de todos os lugares citados, excepto a Leirada e o Ribeirinho, terem sido incorporados na área urbanizada, a população desta freguesia concentrada na vila é apenas de 1127 habitantes. Há um pequeno acréscimo que é pura aparência, uma regressão demográfica quando se confronta o valor numérico dos seus efectivos com os da outra freguesia; isto deve-se ao abandono de muitas casas antigas, sobretudo no bairro da Valeta, que se encontram hoje fechadas e em ruínas, e às demolições feitas para fins de arejamento urbano.

O dinamismo particular de cada freguesia e a aglutinação verificada de muitos lugares reflectem-se na evolução global da população da vila. Entre 1864 e 1960 a variação demográfica apresenta um ritmo bastante flutuante. Em noventa e seis anos há um aumento de 28 p. 100, que se deve, sobretudo, ao surto registado antes de 1911. Passados os anos instáveis do após guerra, depois de 1930, o crescimento é lento, estabilizado, e, até 1960, a população aumenta apenas 3 p. 100, o que corresponde grosseiramente à média de 0,1 p. 100 por ano.

Entre 1950 e 1960 a curva apresenta uma forma ascendente que se traduz num acréscimo de 8 p. 100; contudo, o valor médio anual do saldo fisiológico para esse período (1,37 p. 100) <sup>(21)</sup> deveria ocasionar nesse decénio um crescimento de 13,7 p. 100: atendendo a isso, concretizamos, apesar da tendência crescente apontada, a estagnação demográfica que, desde há algumas décadas, se começou a fazer sentir.

(21) A. ALMEIDA GARRETT, «A População do Noroeste Português — 1.ª parte», *Urbanização*, vol. 3, n.º 2, Lisboa, 1968, p. 92.

É necessário levar a interferir vários factores para encontrar as suas causas: intensos movimentos migratórios, difíceis de apreender, uma estrutura sócio-profissional com determinadas características, uma forte percentagem de população envelhecida, um enquadramento rural com vicissitudes singulares. Comparando as variações demográficas da vila com as da área rural do concelho, encontram-se oscilações divergentes:

	1911-1920	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960
População rural	+ 0,5 %	- 5,1 %	+ 17,8 %	+ 6,5 %	- 5 %
Vila .....	- 10 %	+ 9 %	+ 0,4 %	- 5 %	+ 4 %

Os períodos de crescimento urbano opõem-se aos de crescimento rural ou então podem prolongá-los com desfazamento. Toda esta dinâmica é resultado de acontecimentos fortuitos, contingentes, que se justapõem no tempo e que só mais adiante poderemos em parte compreender.

*Estrutura demográfica.* — A falta de elementos precisos à escala da vila levou-nos a utilizar o recenseamento eleitoral de 1961 para detectar alguns aspectos da estrutura da população<sup>(22)</sup>. Naquela data a proporção de eleitores com idade superior a 55 anos era de 31 p. 100, na sua maior parte declarados como proprietários (40 p. 100). Paralelamente, conta-se uma forte taxa de não activos, cerca de 18 p. 100, que exprime lacunas e insuficiências nas actividades de produção. Este facto fez proliferar numerosos pequenos ofícios artesanais e profissões mal definidas que poderíamos designar por terciário primitivo (coveiros, varredores, guarda-cemitérios, guarda-sentinas, aferidores) e que representam 21 p. 100 do total dos eleitores inscritos (411).

Para a percentagem de população não activa contribui bastante a presença de um grupo abastado de proprietários, pequeno em número mas bastante influente; a estes devem juntar-se uns outros tantos, residentes apenas temporariamente, mas por vezes declarados como *de facto* para fins

(22) Trata-se portanto de uma amostragem em que apenas são considerados os habitantes com mais de 20 anos que foram recenseados como eleitores.

estatísticos, em solares e quintas dispersos na periferia dos Arcos ou mesmo noutras freguesias, que interferem de igual forma na evolução das estruturas económicas e sociais da povoação, onde, grande parte, dispõe de uma residência secundária. De raiz nobre ou não, usufruem riqueza fundiária considerável, materializada em muitas leiras, quintas e matas, espalhadas sobretudo pelas áreas férteis da *Ribeira*; raros são os que conservam propriedades na *Serra*. Nesta classe incluímos todos aqueles que, declarados como residentes locais, apesar de a sua vida decorrer quase todo o ano nas grandes cidades, entre as quais avultam Braga, Lisboa e Porto, têm rendimentos colectáveis superiores a 5000\$. Em relação ao total dos proprietários residentes, a sua percentagem é pequena, 17 p. 100, mas quando expressa relativamente ao valor global daqueles rendimentos ganha peso e importância (61 p. 100). Este estrato da população completa-se pela chegada de uma burguesia abastada, também proprietária da terra, nascida e ligada muitas vezes ao comércio e à administração.

Se a posse da terra está relacionada na sua maior parte com a população não activa, ela aparece frequentemente como complemento de diversas profissões, desde as de nível superior até às mais modestas. Vários são os activos desempenhando pequenas actividades elementares que têm registos de propriedade rústica, de pequeníssimas leiras ou quintais, sem qualquer valor colectável.

Na população activa domina o sector terciário: terciário comercial, de serviços, sobretudo serviços públicos e administrativos, profissões liberais. O comércio representa, na amostragem referida, 18,8 p. 100 dos activos, onde há a distinguir dois grandes tipos: o pequeno comércio popular de retalho, enraizado desde há muito, concentrado principalmente na *Valeta*, e o comércio da *Vila*. Neste sobressaem vários estabelecimentos recentes, mais especializados. A sua origem é muito variada: certas lojas são derivadas de algumas mais antigas; outras foram criadas por gente de fora, quer negociantes independentes, quer firmas fixadas nas cidades de Braga, Porto ou Guimarães que abrem na vila sucursais, quer feirantes que, no seu perímetro de deslocação, encontram nos Arcos bom local de venda sedentária. Os serviços, *lato sensu*,

correspondem quase a 50 p. 100 da população activa eleitoral, mas só os serviços públicos e de administração agrupam 21,8 p. 100 (fig. 8).

Estes aspectos, se bem que resultado de uma amostragem parcial, deixam contudo aperceber as fraquezas da estrutura sócio-profissional e a forma como se modelou a fisionomia urbana. Torna-se elucidativo comparar a composição actual

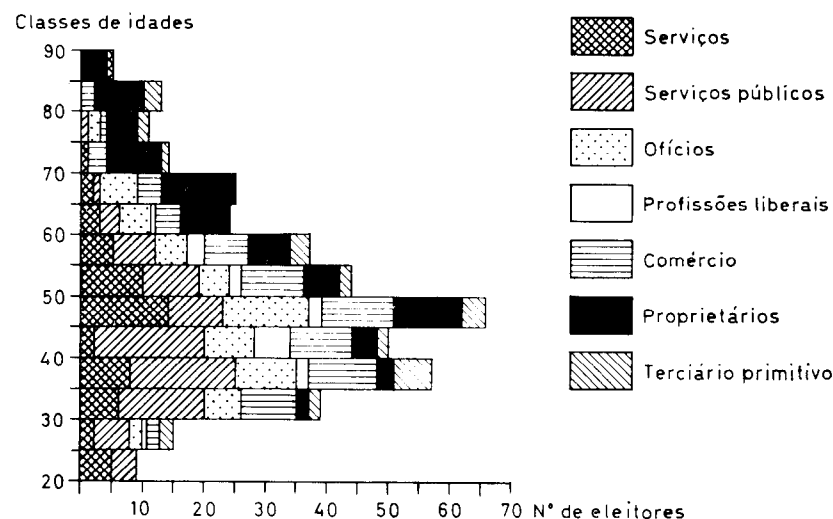


Fig. 8 — Composição etária e sócio-profissional dos eleitores inscritos em 1961.

da população por sectores de actividade com a existente há quarenta anos <sup>(23)</sup>. Então, o número de proprietários era mais elevado, bem como o valor dos seus rendimentos; o de ofícios, também superior; muito menor e menos diversificado o de comércios. Quase poderíamos afirmar que as modificações registadas, que consistiram na expansão do terciário e conferiram um aspecto urbano à vila, foram um fenómeno *sobreimposto*. Aquele surto não se acompanhou de um desenvolvimento interno das fontes de produção, mas condicionou um afluxo de gente cujos interesses se canalizaram apenas

<sup>(23)</sup> Estimativa muito aproximada devido à insuficiente documentação utilizada: recenseamentos eleitorais incompletos e almanaques arcoenses.

em dois sentidos: as actividades comerciais, em sentido lato, de serviços e, acessoriamente, a posse da terra; por outro lado, porém, houve saída de muitos antigos habitantes, em parte selectiva e conciliada com o absentismo. Estes movimentos de população, aliados ao crescimento natural, são mais um factor explicativo, embora de fraca amplitude, da evolução demográfica de Arcos de Valdevez; são também um dado para a interpretação do fenómeno urbano. Contudo, falta ainda encontrar as motivações mais profundas.

*A emigração.* — Se bem que não se trate de um mecanismo demográfico actual, arrastou, na segunda metade deste século, consequências que lhe dão uma importância particular. Mais do que qualquer outro aspecto relativo à população, este movimento não pode ser encarado unicamente à escala da povoação; é indissociável dos que se registam na área onde aquela se desenvolveu. As dimensões do concelho (48 freguesias rurais) e, por consequência, o peso e valor das correntes migratórias foram até certo ponto um processo de aceleração do crescimento urbano e de individualização da vila dos Arcos em relação às outras vilas vizinhas e semelhantes.

O sistema de propriedade nas terras férteis da *Ribeira*, ligado à classe aristocrática que referimos, criou nas freguesias e lugares aí existentes formas de subordinação pessoal directa ou indirecta. Não só os regimes de exploração do solo multiplicaram os caseiros e serviçais na dependência de alguns grandes senhores, como também o seu prestígio e paternalismo, traduzidos pela cedência ou aforamento de leiras, assistência e protecção, marcaram o comportamento e atitude de muitos agricultores. Desta forma, gerou-se naquela área para uma população bastante densa uma grande estreiteza de recursos, agravada pelo peso das rendas e por um saldo fisiológico bastante forte.

Na *Serra*, porém, domina a pequena propriedade individual, parcelada, exígua, dadas as limitações do próprio espaço agrário utilizado; aqui, desde sempre, o recurso às migrações temporárias para os centros urbanos ou regiões agrícolas mais prósperas, como a da vinha do Douro, foi um meio de lutar contra épocas de crise e de forte pressão demográfica. Todavia,

quer na *Ribeira*, quer na *Serra*, as migrações definitivas ou de longa duração a maior distância, para o Brasil, sobretudo, são um fenómeno bastante remoto, não só por parte de pequenos lavradores como também de vários descendentes das velhas famílias aristocráticas, que, durante tempo, procuraram manter a concentração dos domínios; muitas vezes terá sido um factor importante de saída o sistema de morgadio, por meio do qual, até quase ao fim do século XIX, muitas propriedades se mantiveram indivisas.

Rastrear no tempo e no espaço a importância quantitativa e qualitativa da emigração é tarefa difícil devido à fragmentação dos elementos disponíveis; servir-nos-emos de alguns dos seus reflexos na evolução e diferenciação das estruturas sociais e na própria paisagem.

Nos fins do século XVIII e por todo o século XIX assiste-se à formação de uma classe nova, favorecida pelas fortunas do Brasil; de origem burguesa, na maior parte das vezes modesta, graças aos negócios e actividades bancárias naquele país, acumulou capitais que lhe serviram para se promover socialmente. Compraram-se títulos, terras, mesmo em muitas áreas da serra e da encosta que anteriormente pouco tinham interessado os antigos proprietários locais, algumas quintas, de grandes famílias tradicionais, partidas por herdeiros que se radicavam em definitivo nas cidades, e alguns bens de mosteiros. Por aquisições sucessivas, constituíram-se novos domínios, baronatos, como o de Gondoriz em 1882, viscondados, entre os quais o de Milhundos em 1799, o do Rio Vez em 1822, o do Sistelo em 1834. Desta maneira, os novos titulares penetraram na esfera de influência local, defendendo muitas vezes os seus interesses, consolidando supremacia; assim, importantes fracções dos rendimentos municipais foram canalizadas em seu benefício, sobretudo no lançamento de estradas que lhes serviam as propriedades.

A evolução económica e política do País e do Brasil conduziu à ruína muitas destas famílias, que, progressivamente, se foram afastando da terra — da vila e do campo — que nada oferecia para as reter e reconstituir. Igualmente a velha *élite* local foi partindo também, a pouco e pouco, para os grandes centros. A propriedade fragmentou-se ao sabor das partilhas, modificaram-se as componentes de utilização agrícola,

alastrando o pinhal, cuja exploração é mais fácil de conciliar com o absentismo.

No entanto, continuaram a renovar-se os fluxos migratórios a longa distância; o Brasil e a Venezuela constituem os principais países de destino. São os pequenos lavradores das áreas pobres da *Serra* que os alimentam; o esgotamento dos solos, o excesso demográfico em relação às possibilidades económicas limitadas oferecidas pela montanha, que, nos começos deste século, começa a ser ocupada pelos serviços florestais, são razões que pesam e levam à saída. A estes juntam-se pequenos artífices da vila, jornaleiros e caseiros da *Ribeira*, e, em ritmo constante, a gente parte, por vezes definitivamente, outras regressando com algum dinheiro ou então sem perspectivas mais amplas que as anteriores.

Pelas estatísticas oficiais existentes, até 1959 é ainda o Brasil que atrai quase metade dos contingentes de emigração do concelho, não obstante acusar uma tendência decrescente já desde 1957. Apenas em 1960 a percentagem de emigrantes para o Brasil (26 p. 100) tem valor equivalente à dos que se destinam a França (27 p. 100) e ao Canadá (23 p. 100), mas nos anos seguintes perde radicalmente a importância a favor da França (fig. 9). No entanto, por inquérito, apurámos que entre 1945 e 1950 já a França era local de imigração de certo vulto, recebendo porém vagas de gente que partira clandestinamente. Na sua maioria agricultores, estes emigrantes levam consigo uma arte — a arte de utilizar o granito — que na construção civil lhes permite juntar dinheiro, o que na lavoura raramente acontecia <sup>(24)</sup>. A França abriu, pois, no após guerra, um caminho de emigração relativamente fácil e cheio de promessas; a clandestinidade era facilitada pela proximidade da fronteira, o que permitiu a muita gente analfabeta, e, até tarde, vivendo numa economia fechada e parca, certa promoção. Pouco a pouco, à medida que se iam avolumando os fluxos de emigração, começaram a sentir-se dificuldades de mão-de-obra assalariada nas propriedades da

(24) Pelos dados publicados oficialmente, só em 1961 a França aparece com um total de imigrados superior ao indicado para outros destinos. Do concelho partiram 230 pessoas, sendo 93 para França, 67 para o Brasil, 64 para os países da América do Norte e 5 para a Venezuela. *Boletim da Junta de Emigração*, Lisboa, 1961.



*Ribeira* e a aparecer algumas *leiras de velho* nos lugares da *Serra*. Contudo, em muitos outros, das freguesias do vale, residência de caseiros e *cabaneiros*, vivendo do trabalho oferecido pelas quintas aí existentes, continuou ainda a pesar a subordinação pessoal de muita gente, o que levou a permanecer homens que noutra situação partiriam. A falta de bens

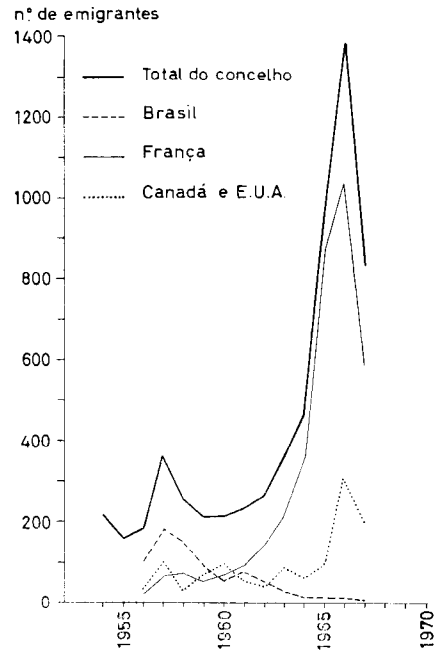


Fig. 9—Emigração legal no concelho de Arcos de Valdevez.

que se pudessem vender, para pagar ao «passador» e consequentemente permitirem o seu lançamento na aventura da França, limitou-os. Assim se compreende a menor importância da emigração clandestina nos lugares da *Ribeira*. Daqui partiu quase sempre a maioria dos emigrantes legais, por meio de contratos, nos primeiros tempos para o Brasil e, depois de 1950, para a França, Canadá e Estados Unidos. Confrontando os pedidos de emigração por freguesias em 1967, nota-se uma preponderância das freguesias baixas em relação às da montanha. Aqui, todavia, a emigração não é menos vincada, sente-se até talvez mais viva a sua presença pelo casario novo que se levanta em sítios ainda nem servidos por estrada; porque dominam os clandestinos, estatisticamente o seu papel como fornecedores de gente não se consegue avaliar. Este pequeno pormenor mostra o pouco significado das fontes oficiais para apreciar o volume da emigração nesta área. Embora nos últimos anos o número de emigrantes legais tenha diminuído bastante, dadas as perturbações económicas francesas que levaram a reduzir substancialmente o total de contratos, o carácter excepcional e transitório das requisições do Canadá e Estados Unidos e as medidas restritivas das autoridades portuguesas, a emi-

gração clandestina continua a realizar-se, dilatando muito os valores declarados. O máximo atingido em 1966, apesar de corresponder a um comportamento inverso dos factores que, nos anos seguintes, justificam o decréscimo apontado, deve-se também, em grande parte, à legalização de situações de muitos retornados.

As flutuações deste movimento repercutem-se na evolução global da população atrás citada. São deslocações temporárias, por vezes de longa duração, mas em constante ligação com a terra que se visita duas ou três vezes por ano. A entrada avultada de capitais, controlados na vila, conduz a um afluxo de pessoas para os serviços públicos, para o comércio: uma vez instaladas, por autocatálise geram novas exigências. Por outro lado, certos emigrantes que regressam escolhem a povoação para se fixarem.

#### INTERPRETAÇÃO E DESEQUILÍBRIOS DA ESTRUTURA URBANA

Se combinarmos no tempo e no espaço as incidências das estruturas sociais, da emigração e de todos os movimentos de população e de capitais a elas associados, disporemos de uma conjugação complexa de factores que dão a chave da compreensão, ainda que parcial e incompleta, do desenvolvimento de uma forma urbana original na paisagem rural do Alto Minho interior. A análise das bases financeiras da economia local permite apreender o processo externo de renovação da estrutura da vila e diagnosticar as suas fraquezas, se se atender à proveniência, aplicação e mobilização dos capitais existentes consoante as épocas. Já no século XIX a economia local era caracterizada pela *extraversão* destes últimos. Hoje a situação pouco difere, bem como as fontes, ligadas a classes sociais diferenciadas, que os canalizam: as rendas fundiárias, que à escala da povoação vão perdendo importância, o comércio e a emigração, intimamente relacionados.

*A posse da terra.* — A importância dos Arcos, dependente de uma posição geográfica favorável à articulação do mundo rural, condicionou a sua organização como uma forma de povoamento de mais vulto e significado, o que está associado

à constituição de famílias nobres e burguesas que possuíam a terra. Todavia, esta forte apropriação fundiária pouco estimulou o dinamismo do aglomerado: os rendimentos da agricultura escapavam-se progressivamente do local com o afastamento, mesmo temporário, dos seus proprietários. O absentismo que se gerou não anulou para muitos a sua tradicional influência e estes, mesmo distantes, vão interferindo nas decisões e quaisquer iniciativas tomadas na vila. Poderíamos quase afirmar que a sua atitude se responsabilizou em parte pela estagnação económica que até tarde nela se verificou e ainda hoje se mantém e, indirectamente também, embora o facto possa parecer paradoxal, pelo seu recente renovo.

Por todo o século XIX já o clima geral da vida social e económica de Arcos de Valdevez era de dificuldades; revelava-se uma situação precária, uma miséria permanente que, nas actas das sessões camarárias, frequentes vezes se detecta. Várias são as referências a pedidos de subsídios de lactação, generalizados à população da vila e do campo; a afluxo de camponeses minados pela fome; a protestos de muitos moradores em lugares e freguesias de meia encosta contra apropriações indevidas de fracções de baldio; a migrações para a vila de lavradores da *Serra* que habitualmente se deslocavam para os trabalhos das vinhas do Douro, nessa altura vitimadas pela filoxera; a actos de violência de vários populares contra quem comprasse ou vendesse milho fora do concelho <sup>(25)</sup>. Através dos mesmos documentos compreende-se a razão do mal, da fraqueza da vila, incapaz de absorver essa gente que a ela afluía. Numa acta de 1843, em relação aos impostos a cobrar, encontra-se o seguinte: «... apenas um número restrito de pessoas poderá ser colectado dado o predomínio de pobres miseráveis que apenas têm uma choupana que enchem de filhos repartidos pelas portas a pedir esmola e que, sendo recenseados, quando se lhes pedir colecta, daí só resultará penhora»; e noutra passagem. «... a vida quotidiana da vila ressentia-se da falta de trocas comerciais, pois a ausência

<sup>(25)</sup> Em 1882, um grupo de populares das freguesias de Santar e Tabaçô, ambas na *Ribeira*, assaltaram carros de milho que soltaram pelo caminho (*Almanaque dos Arcos*, 1902).

completa de compradores paralisa as transacções, tanto mais que numerários e produtos se escapam para as cidades».

Paralelamente são explicados os desacatos referidos por parte da população modesta: «... não é a falta de milho nem o preço que os impele; sim a falta de meios e excessiva pobreza que reina, facto proveniente não só de muitos e variados encargos tributários, mas também da falta de indústria e de trabalho suficientemente remunerado».

Este somatório de aspectos mostra já a importância de certo número de pessoas abastadas afectadas pelo absentismo, pelo menos temporário, a letargia da povoação onde a inexistência de sectores dinâmicos pauperiza o campo, sobretudo pela falta de capacidade de emprego e pelo desvio do valor das rendas. A influência e interesses daqueles proprietários agravam a situação económica patente. Umhas vezes porque ocupam cargos dirigentes, outras porque agem de maneira difusa nas decisões e orientações municipais, vão entravando, até certo ponto, a introdução de algumas iniciativas, fermentos capazes de abrirem novos rumos de progresso. Citem-se a transferência de capitais camarários do fundo escolar para a construção de estradas em benefício das suas terras e moradas, em vez de romperem o isolamento da montanha, os impedimentos ao estabelecimento de uma linha férrea que de Viana seguiria o vale do Lima, passando pelos Arcos e Ponte da Barca e continuando-se para Espanha, onde serviria a região de Cuenca de Límia. Na época depositavam-se imensas esperanças neste projecto; contudo, o seu traçado exigiria expropriações de alguns domínios de grandes senhores (não só na área dos Arcos como na de Ponte de Lima, onde esta classe ainda é mais ciosa do seu prestígio) e, apesar de as primeiras terraplanagens terem sido efectuadas, os obstáculos eram tantos que a obra nunca se efectivou <sup>(26)</sup>.

<sup>(26)</sup> A questão do caminho-de-ferro foi até cerca do após guerra motivo de debate nas sessões das câmaras dos Arcos e de Ponte da Barca, bem como assunto largamente difundido na imprensa regional. Depois do primeiro projecto da linha a vapor, cuja concessão fora dada em 1904 sem qualquer resultado positivo, abriu-se uma nova perspectiva relacionada com as obras da barragem do Lindoso (*Electra del Lima*). Nela se interessaram as duas cidades mais influentes nesta região interior: Viana do Castelo, capital distrital, e Braga. Foi a

Tudo isto contrariou o desenvolvimento social das populações locais e responsabilizou-se pelo subequipamento económico e de infra-estruturas, que tanto se sente hoje.

*A emigração e as suas consequências económicas.*— O peso das estruturas sociais e os condicionamentos que impuseram ao longo do tempo aliavam os seus efeitos negativos à influência de uma classe de «açambarcadores» que, utilizando frequentemente o contrabando, prejudicavam bastante, no século XIX, o pequeno comércio local. Leiloeiros de fazendas, vendilhões ambulantes, intermediários de produtos agrícolas e de gado especulavam sobre o preço das mercadorias, o que não só desvalorizava os cereais produzidos na região como também exercia forte concorrência na feira, tornando difícil a arrecadação de bens públicos e, por esta forma, contribuindo para acentuar mais a paralisia das transacções <sup>(27)</sup>.

Num ambiente social e económico como o que dominava nesta área minhota, a emigração, como vimos, era a única solução para combater as dificuldades do dia-a-dia; as suas consequências são fortemente significativas na evolução recente da vila.

Nos primeiros anos do século XX verificou-se certo florescimento comercial, quer na povoação, quer nas freguesias rurais; ao mesmo tempo dividiram-se mais alguns grandes

---

municipalidade desta última que pediu a concessão de uma linha electrificada que aproveitaria a energia da barragem citada e serviria Arcos, Ponte da Barca e Ponte de Lima. Contudo, este empreendimento obstava aos interesses de Viana e do seu porto, que ficaria até certo ponto à margem desta parte do seu distrito, naquelas condições drenada economicamente pelos movimentos com Braga. As rivalidades fundiárias e as dos dois centros urbanos, aliadas à crise económica que afectou o País, entravaram por completo todas as iniciativas. *Povo da Barca*, Janeiro, 1920.

<sup>(27)</sup> A gravidade da situação financeira do concelho, derivada da presença destes comerciantes, levou ao estabelecimento de posturas relativas aos locais de entrada de géneros na vila — ruas de Além-Ponte, da Misericórdia, de Góis Pinto, Pelourinho e estrada de Monção — e à proibição de compra ou revenda de todos os géneros comestíveis fora do local do mercado nela estabelecido, até à distância de 3 km, ou mesmo no local do dito mercado, antes das 12 horas do dia no Inverno e das 10 horas no Verão, sob multa de 1\$000 réis, cada vez que se transgredisse. *Acta da Sessão da Câmara*, Julho, 1894.

domínios, apareceram novos serviços públicos e administrativos. Todos estes factos são sinal da entrada de alguns emigrantes, em grande parte regressados do Brasil, numa altura em que o absentismo ou afastamento total dos maiores proprietários principiava a vincar-se mais. Porém, as grandes transformações na fisionomia dos Arcos apenas se verificam bastante tempo depois, como reflexo do grande surto de emigração para os países industrializados da Europa e da América do Norte. As características daquele movimento chamaram a atenção de comerciantes, bancos e outras empresas de grandes cidades, ligadas à distribuição de bens de consumo de uso menos corrente, do supérfluo. Há dinheiro, há mais poder de compra e desejo de comprar, resultantes de uma necessidade de afirmação social de muitos destes homens que regressam da França, do Canadá ou dos Estados Unidos. A falta de preparação da maioria dos emigrantes, desenraizados brutalmente de uma vida isolada e arcaica de montanha ou libertos de formas de dependência pessoal, como as que reinavam no vale, condiciona todas as reacções psicológicas, que se traduzem pelo desperdício na mobilização das somas que conseguem juntar. Mais de metade dos emigrantes que trabalham em França têm salários superiores a 800 NF por mês (3,5-4 NF por hora, em 1966), ganhos sobretudo na construção civil, com um número variável de horas de trabalho semanal (desde 49 nos períodos de Inverno até cerca de 60 no Verão); ao fim de poucos anos, porque se sujeitam a um dia-a-dia com despesas reduzidíssimas, amealham algumas dezenas de contos, que depositam. Os únicos investimentos realizados concretizam-se na construção ou arranjo da casa e na aquisição de várias courelas, aqui e além, compradas sempre que possível a antigos patrões e por preços que o valor da terra não justifica; todo o resto é utilizado na compra de artigos de qualidade, quer para a casa, quer para vestir, bens de consumo e de «ostentação» (o ouro com que carregam as mulheres) e em manifestações de certa largueza de recursos. Num dia de feira, num casamento, há necessidade de gastar muito dinheiro para se mostrar bem que houve mudança de posição social.

Este comportamento justifica a presença de actividades diversas e especializadas do sector terciário que se justapõem

à estrutura herdada, capazes de fazerem circular os capitais, dando animação à vila; animação aparente, todavia, progresso que poderíamos designar como postiço. As lojas, a feira, as próprias empresas de camionagem, articulam os seus negócios de maneira a explorar ao máximo os períodos de estada dos emigrantes, que coincidem com o Natal e com os meses de Verão. A proximidade do país de imigração de mais vulto (a França) facilita um vaivém quase pendular, ritmado pelas férias de que beneficiam e que se revela nas pontas de lucro dos estabelecimentos. A título de exemplo, comparando a utilização das camionetas de uma empresa da vila, aquela que pelo destino das carreiras tem carácter mais «regional», em dois meses próximos, Dezembro de 1969 e Fevereiro de 1970, nota-se o forte aumento do número de passageiros transportados no primeiro (28 830) em relação ao segundo (19 096), o que se deve à presença de emigrantes.

Em função destes períodos de ponta e da constante emigração durante todo o ano, os circuitos comerciais animam a povoação, onde os bancos, armazenistas, intermediários e contratadores fazem fortuna. O campo é percorrido por representantes de armazéns de diversas cidades que nele encontram franca saída para os seus produtos, por vezes de inferior qualidade, mas comprados por preço elevado; assim, uma boa fracção dos rendimentos do comércio escapa à vila, bem como grande parte dos da própria terra. Por outro lado, o subequipamento herdado e a influência ainda actual de muitos interesses particulares impedem a frutificação dos resultados da emigração, de forma a darem verdadeira vitalidade ao pequeno organismo urbano e ao campo. No entanto, pela maior frequência da clientela das freguesias rurais, dispendo agora quase sempre de dinheiro, que é necessário levantar, depositar e, em certas épocas, patentear, Arcos de Valdevez ganha poder de atracção. O montante das divisas entradas e as receitas camarárias reflectem esta presença constante dos emigrantes; a especialização dos estabelecimentos da vila e o cinema, acabado de construir, exercem influência regional, e não só a gente do campo como a das vilas vizinhas a ela se deslocam.

As bases desta expansão são, contudo, frágeis, pois assentam num mecanismo económico exterior; a intensa vida de relação que Arcos parece comandar é no fundo controlada

nas cidades. Estas, pelo comércio dos capitais, dos bens de consumo e da cobrança das rendas, vão desarticulando lentamente o conjunto campo-vila, em vez de o estimularem por intermédio desta última. Nota-se, até, que muitos emigrantes, quando não se fixam em definitivo no país de imigração, investem directamente as suas pequenas fortunas nos grandes centros urbanos, como Braga, ou então preferem deslocar-se a esta cidade para as suas compras e outras necessidades menos correntes.

#### REMATE

No quadro que acabamos de esboçar revelam-se perspectivas em constante desequilíbrio, e tanto mais preocupantes quanto se verifica que o factor dinâmico do processo evolutivo — a emigração — assume hoje aspectos dramáticos, na medida em que são famílias inteiras a partir, desfazendo-se para muitos o tradicional apego à terra. Contudo, é fundamental evidenciar que, entretanto, se abriram algumas vias capazes de modificarem, num futuro ainda distante, a tendência apontada. Elas ligam-se à atitude de certos emigrantes que regressaram e dos quadros dirigentes renovados da autoridade municipal. Alguns dos primeiros tentam várias modificações nas formas de exploração agrária, que procuram tornar mais viáveis, por compras de lotes contíguos, de material agrícola moderno, ensaio de sementes seleccionadas, ao mesmo tempo que desejam informar-se e encorajar sistemas de cooperação, desde sempre contrariados por rivalidades e influência da classe burguesa proprietária da terra e pelo próprio individualismo dos camponeses. As entidades municipais, graças às receitas aumentadas e ao muito entusiasmo, levam a cabo repetidos esforços em matéria de renovação de casario, arruamentos, estradas e principalmente de infra-estruturas escolares e sanitárias, que estão na base de uma promoção social efectiva da região.

Numa altura em que se encaram medidas de planeamento, pensar nos processos capazes de desencadear uma evolução mais harmónica desta área exige reflexão profunda sobre a situação actual e as consequências e valor da emigração. Por um lado, em matéria de reestruturação e modernização agri-

colas, há iniciativas positivas, nascidas espontaneamente, como atrás citámos; limitadas, porém. A maior parte delas caminha em sentido oposto ao que seria desejável: dispersão do povoamento, que dificulta a instalação das infra-estruturas, dispersão de parcelas que se multiplicam, pois, por força da rotina, é ainda a posse de muitas leiras o melhor sintoma de riqueza. Por outro lado, quanto a uma expansão sólida da vida urbana, as achegas da emigração poderiam fundamentar pequenas indústrias, mas mais uma vez se sente a falta de informação e preparação de muita gente e o clima paralisante gerado pelas estruturas sociais tradicionais.

As esperanças que no momento se depositam na valorização turística do Alto Minho aparecem como uma solução cómoda de programação inicial. Nas medidas a empreender haverá nova *sobreimposição* de estruturas, embora de qualidade diferente, mas com consequências semelhantes às que estão patentes, a uma escala limitada, na vida actual da vila dos Arcos.

Quaisquer que sejam os meios utilizados para fortificar a economia da povoação e da área que influencia, será preciso ter sempre presente o peso da herança legada pela evolução que se verificou, a importância e rivalidade de muitos interesses particulares e o subequipamento generalizado de infra-estruturas em sentido lato.

ISABEL MARQUES MEDEIROS

## RÉSUMÉ

*Arcos de Valdevez, un bourg du Haut Minho.* Les bourgs du Haut Minho, subdivision régionale du Nord-Ouest portugais qui correspond à peu près à l'interfluve entre Minho et Lima, sont situés sur les axes préférentiels de la vie de relation constitués par les vallées d'orientation tectonique qui compartimentent la montagne (fig. 1). Si l'on exclut les agglomérations littorales (Caminha et Viana do Castelo) dont l'aspect et les activités sont influencées par la vie maritime, toutes les autres présentent certaines affinités: leur situation, leur type d'insertion dans la campagne, leurs proportions modestes (de 800 à 3000 habitants en 1960), l'absence presque complète d'activités secondaires, leur pénétration active par la vie rurale (clientèle du commerce et des services, animation des foires), les marques profondes d'une émigration constamment renouvelée. Cependant certains bourgs

sont marqués par l'Histoire (rempart, château, maisons seigneuriales imposantes): tels Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção et Melgaço dans la vallée frontalière du Minho et Ponte de Lima, place forte protégeant la vallée du Lima. A l'intérieur de cette ceinture défensive médiévale, Paredes de Coura, Ponte da Barca et Arcos de Valdevez constituent une famille de bourgs présentant une grande analogie de structure: ils se sont développés à partir de leurs champs de foire et des voies de circulation principales et leur surface urbanisée englobe de nombreuses exploitations agricoles.

Arcos de Valdevez domine un gué sur le Vez près de sa confluence avec le Lima. Ce site, point d'arrêt et carrefour commercial, a attiré de bonne heure le peuplement et déterminé l'emplacement d'une foire très fréquentée grâce à sa position au contact de la montagne (Serra) et des fonds de vallée (Ribeira). L'agglomération est mentionnée pour la première fois en 1515 dans la charte que lui concède le roi Emmanuel I<sup>er</sup>. Le plan révèle l'antique dissociation existant entre le noyau primitif de la *Valeta*, près de la rivière, et le *Bourg* proprement dit (fig. 4). Alors que la Valeta se caractérise par son immobilisme, le Bourg s'est modifié au cours des temps: églises des XVII<sup>ème</sup> et XVIII<sup>ème</sup> siècles, champs de foire, rues et routes du XIX<sup>ème</sup>. Au XX<sup>ème</sup> siècle, un quartier récent naît à la limite sud du bourg, des rues sont élargies ou ouvertes, des espaces ruraux interstitiels sont construits. L'évolution des fonctions est marquée par la même dissociation. Le noyau populaire de la Valeta est occupé par de petites épiceries polyvalentes, des résidences modestes, des tavernes (anciennes auberges), de petits ateliers d'artisans, tout ceci reflétant peut-être les fonctions primitives de l'agglomération. Les activités les plus «nobles» (justice et administration) et les résidences des gens les plus fortunés ont toujours été situées dans le Bourg.

Les mutations contemporaines sont brusques et radicales mais n'affectent que le commerce et les services qui se spécialisent et se diversifient. Cet accroissement brusque des activités tertiaires qui implique une élévation globale du niveau de consommation et du pouvoir d'achat paraît en contradiction avec la stagnation relative tant de la population (2502 habitants en 1911, 2446 en 1940 et 2525 en 1960), que de l'espace construit et du milieu rural resté attaché à ses techniques traditionnelles.

Cette évolution urbaine originale s'explique en grande partie par les rapports liant les structures socio-professionnelles et l'émigration. L'analyse des bases financières de l'économie locale permet de comprendre le processus et les faiblesses de l'actuelle rénovation du bourg. Les capitaux proviennent principalement des rentes foncières, du commerce et de l'émigration. Dès l'origine, l'existence d'une classe de gros propriétaires fonciers a été peu favorable au développement du bourg. Leur absentéisme ne les empêche pas de conserver une grande influence dans la gestion du bourg (les riches propriétaires représentent encore 17 pour cent des propriétaires résidents). Ce qui explique en partie la stagnation économique et la faible évolution sociale de la population de

la région. Il en résulte une importante émigration traditionnellement dirigée vers le Brésil et, depuis 1945-1950, vers la France qui reçoit beaucoup de clandestins (fig. 9). Cette émigration étant en grande partie temporaire et un contact étroit étant gardé avec le pays natal visité deux à trois fois par an, elle provoque d'importantes entrées de capitaux dont cherchent à profiter les banques et certains commerçants du bourg ou des grandes villes. Les émigrants, brusquement arrachés à la vie isolée et archaïque de la montagne ou libérés des formes de dépendance personnelle qui régnaient dans les fonds de vallée, sont souvent psychologiquement mal préparés à utiliser judicieusement les sommes qu'ils parviennent à épargner. Ce gaspillage explique la présence des diverses activités tertiaires spécialisées qui se juxtaposent aux structures héritées. La proximité de la France facilite un va-et-vient presque pendulaire au rythme des périodes fériées, qui se reflète dans les dates de pointe des ventes des divers établissements. Mais les entrées de devises et les taxes perçues par la Municipalité montrent qu'un afflux d'argent se manifeste tout au long de l'année. Les magasins spécialisés et le cinéma qui vient d'être construit ont un rôle régional et n'attirent pas seulement les campagnards mais aussi les habitants des bourgs voisins. Les bases de cette expansion récente sont cependant fragiles puisqu'elles dépendent de mécanismes économiques extérieurs au bourg. Ce sont les grandes villes qui commandent le flux de capitaux; elles désarticulent ainsi lentement les rapports bourg-campagne au lieu de stimuler l'ensemble de l'économie du canton par l'intermédiaire du bourg.

Bien que l'expansion actuelle ait des bases très fragiles, quelques possibilités d'évolution existent cependant. Des émigrants revenus au pays se sont constitués des exploitations plus viables en achetant des parcelles contigües, ont acquis un matériel agricole moderne, essayé des semences sélectionnées, tenté quelques formules de coopération. L'autorité municipale s'est modernisée et a entrepris des efforts de rénovation du bourg et d'équipement de la campagne (habitat, routes et rues, écoles, dispensaires).

Alors que sont envisagées des mesures de planification, il est indispensable, quels que puissent être les moyens choisis pour développer l'économie du bourg et de sa région, de ne pas oublier quelle force y ont gardé les héritages du passé et de puissants intérêts particuliers contradictoires, non plus que le sous-équipement général en infrastructure dont souffre la région.

## SUMMARY

*Arcos de Valdevez, a town in the Upper Minho.* Towns in the Upper Minho — a regional subdivision of Northwest Portugal corresponding roughly to the area between the Minho and the Lima rivers — are located on the preferential axes of the communication routes constituted by the tectonically-oriented valleys which cut up the mountain (fig. 1). If we exclude seashore centres (Caminha and Viana do Castelo),

whose aspect and activities are influenced by sea life, all the others present certain similarities: their situation, the way they fit into the rural environment, their modest size (from 800 to 3,000 inhabitants in 1960), the almost complete lack of secondary activities, the strong influence rural life exerts on them (trade and service customers, fairs and markets), the deep traces of constant emigration. Nevertheless, some towns are marked by history (ramparts, castle, imposing manors), as instanced by Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção and Melgaço, in the border valley of Minho, and Ponte de Lima, a fortress protecting the Lima valley. Inside this medieval defensive belt, Paredes de Coura, Ponte da Barca and Arcos de Valdevez are a family of towns showing great similarity of structures: they grew around the common where the market took place and along their main routes, and their loose urbanized area comprises numerous farms.

Arcos de Valdevez rises on a little creek on the Vez where the latter flows into the Lima. This place of passage and a commercial crossroads soon attracted population and proved eminently suitable for holding a very frequented country fair thanks to its position, where the mountain (Serra) and the valleys (Ribeira) meet. The locality is mentioned for the first time in 1515 in the charter granted it by King Manuel I. The plan brings out the old cleavage between the original centre of *Valeta*, near the river, and the *town* itself (fig. 4). Whereas *Valeta* is characterised by its immobilism, the town changed with the passage of time: churches of the 17th and 18th centuries, market common, 19th century streets and roads. In the 20th century, a recent residential area sprang up on the south edge of the town, streets were widened or built, interstitial rural spaces were created. The evolution of functions is marked by the same dissociation. The popular centre of *Valeta* is occupied by small general stores, the humbler sort of dwellings, taverns and small workshops, all this reflecting perhaps the original functions of the centre; the «nobler» activities (justice and administration) and the residences of the well-to-do were always located in the town.

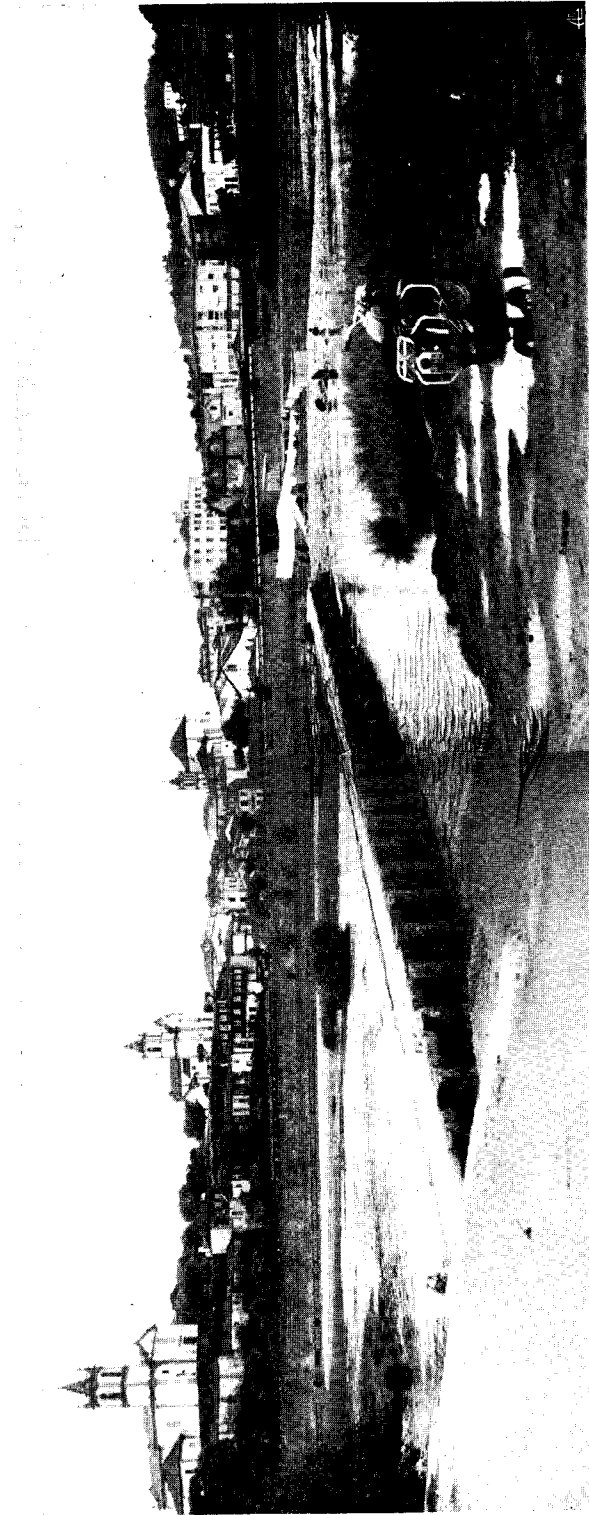
Contemporary changes are swift and radical but only affect trade and services, which have become specialized and diversified. This sudden increase in tertiary activities, which implies an overall rise in the level of consumption and purchasing power, seems to contradict the relative stagnation both of the population (2,502 inhabitants in 1911, 2,446 in 1940 and 2,525 in 1960) and of the built-up area and rural environment, still faithful to its traditional techniques.

This original urban evolution is largely explained by the relations between the socio-professional structures and emigration. An analysis of the financial bases of local economy will enable us to understand the process and weaknesses of the present renovation of the town. Capital proceeds mainly from agriculture, trade and emigration. From the outset, the existence of a class of great landowners was unfavourable to the town's development. Their absenteeism did not prevent them from exerting considerable influence on the management of the

town (wealthy landowners still account for 17 per cent of resident landowners). This partly explains the economic stagnation and the poor social development of the population of the region. The result is a steady current of emigration traditionally oriented towards Brazil and, since 1945-1950, towards France, many emigrants to the latter country entering clandestinely (fig. 9). Since such emigration is for the most part temporary and close contacts are kept up with the home country, which is visited two or three times a year, it produces a considerable flow of incoming capital which brings profit to banks and certain traders in the town or in the major cities. The emigrants, suddenly removed from their isolated archaic mountaineer life or freed from the forms of personal dependence which held sway in the valleys, are often psychologically ill-prepared to apply judiciously the money they succeed in laying aside. This waste explains the existence of various specialized tertiary activities side by side with the inherited structures. The proximity of France makes for an almost pendular flow following the holiday rhythm and which is reflected on the sale peaks of the various tradesmen's shops. However, the influx of foreign currency and the rates collected by the municipality show that there is a steady inflow of money throughout the year. Specialized shops and the recently-built cinema play a regional role and attract not only the peasants but also the inhabitants of neighbouring towns. The bases of this recent expansion are, however, too fragile since they depend on economic mechanisms external to the town itself. The flow of capital is controlled by the larger cities; they thus disrupt slowly the town-country relationship instead of stimulating the whole regional economy through the town.

Though present expansion rests on a very slender basis, there are some possibilities of development. Returning emigrants have formed estates by buying up adjoining parcels of land, have acquired modern farming machinery, tried selected seed and essayed some forms of co-operation. The municipal authority became more up-to-date and undertook the renovation of the town (habitat, roads and streets, schools, dispensaries).

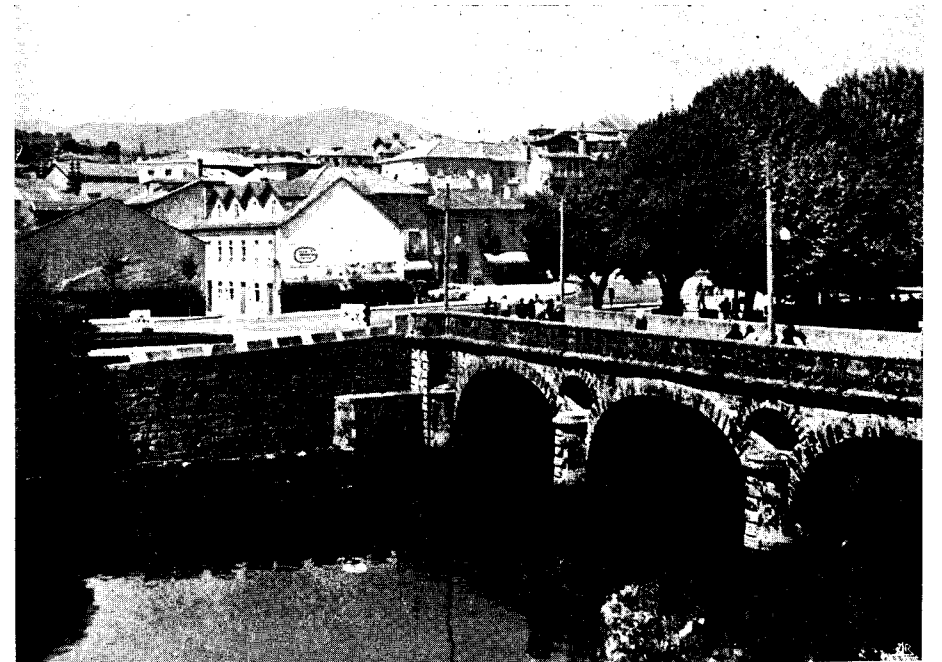
While planning measures are being envisaged, it is indispensable -- whatever the means that come to be chosen for developing the economy of the town and its region -- not to forget the weight which the heritage from the past and powerful conflicting private interests still have; also the general infrastructure deficiencies the region suffers from should be taken into consideration.



EST. I — Arcos de Valdevez. Vista de conjunto tirada da margem esquerda do Vez. Note-se sucessivamente, da esquerda para a direita, o terreno do Espírito Santo numa posição sobranceira ao rio com as igrejas do Espírito Santo e da Matriz, ao qual se arrima, em baixo até ao paredão junto ao rio, o bairro da *Valeta*; ao centro a igreja da Lapa e por fim alguns prédios novos na rua-estrada de Monção. No primeiro plano, as poldras de passagem entre as duas margens. A direita e em segundo plano uma casa de quinta que mostra a íntima associação da vila com o campo.



EST. II, A — A vila, vista do arrabalde da Ponte, antes da construção da actual ponte (1880). Evidencia-se o corredor de casas e azenhas que prolongam o pequeno núcleo da margem esquerda até ao terreiro; sobressaem no conjunto as torres da igreja da Lapa e Matriz e os quintais nas trazeiras das casas que delimitam a Rua Direita.  
(Fotografia cedida à autora nos Arcos de Valdevez).



EST. II, B — A ponte actual. A avenida marginal rompeu o arruamento contínuo outrora existente. À esquerda, no seguimento da ponte, a antiga Rua dos Açougues; à direita, o Campo do Trasladário onde se realiza a feira.





EST. III, A O Largo da Misericórdia. Em primeiro plano a rua que dá acesso à ponte, aberta no século XIX e que cortou o antigo hospital anexo à igreja; à esquerda, por detrás da igreja, a antiga grande via de circulação para Ponte de Lima que se continua pela Rua Direita.



EST. III, B — O Largo da Lapa. Constitui o «centro» da vila, o lugar de maior movimento. Em segundo plano, ao centro, um arruamento recente que ligou este largo ao largo municipal.



EST. IV, A — Uma casa «burguesa» de quinta, integrada no perímetro urbano.

EST. IV, B — A feira de gado no Largo de S. Bento; mais um elemento que traduz a profunda penetração da vida rural na vila.





EST. V, A — Uma rua da *Valeta* (*Valeta de Baixo*). Repare-se no aspecto modesto das habitações e nos pequenos comércios que ocupam o rés-do-chão



EST. V, B — A Rua de S. João, também no bairro da *Valeta*. Destoando com as casas de fachadas estreitas, destaca-se uma brasonada.



EST. VI, A --- A Rua  
Direita.



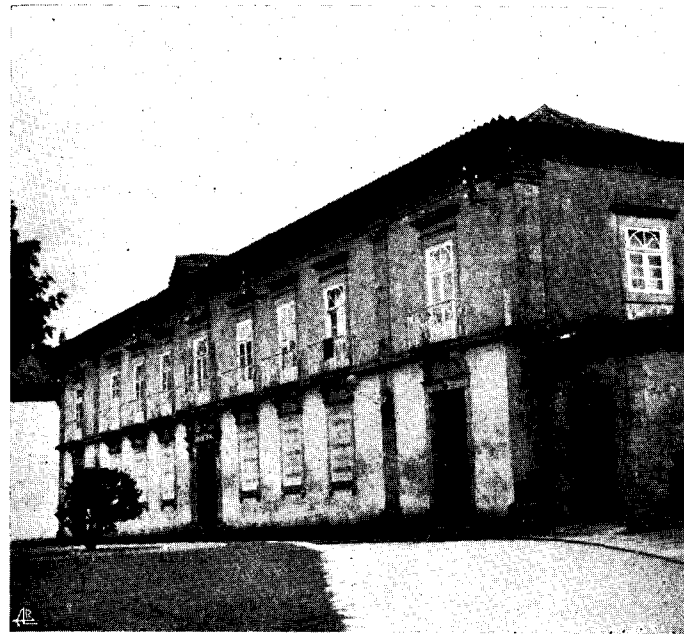
EST. VI, B --- Outro  
aspecto da Rua Di-  
reita. Note-se o edi-  
fício renovado, com  
comércio especiali-  
zado de modas, no  
primeiro plano, à  
direita.



EST. VII, A - Comércio e oficina de pichelaria na *Valeta*.



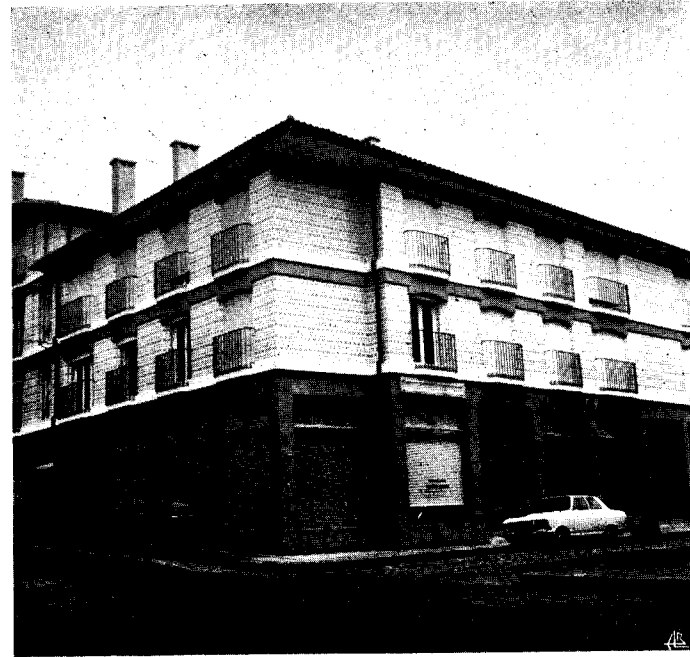
EST. VII, B - Comércio especializados numa rua da *Vila*.



EST. VIII, A — A casa brasonada do terreiro do Espírito Santo.



Est. VIII, B — Uma casa brasonada em ruínas, junto à antiga estrada real para Ponte de Lima.



EST. IX, A — Edifício acabado de construir com fachada para o Campo do Trasladário, onde se encontra a agência do Banco Pinto de Magalhães.

EST. IX, B — Área de urbanização recente no sul da vila. No primeiro grande edifício à esquerda funciona o cinema, mais um elemento de prestígio da povoação.





EST. X, A.— Um dos prédios mais modernos da vila, na estrada para Monção.

EST. X, B— O novo bairro de moradias na área de urbanização no sul da vila. Em segundo plano uma artéria recentemente aberta; ao fundo uma das escolas primárias.

